



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 23/03/2021 a 24/03/2021



Índice**Blog da Juliska | RN**

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / MACELO QUEIROZ / RANIERY PIMENTA

Senac RN firma parcerias com empresas de recrutamento e seleção de pessoal

Notícias - 23/03/2021

6

SENAC | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ

São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional

Notícias - 23/03/2021

7

Blog do FM | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ

São Miguel do Gostos, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional

Notícias - 23/03/2021

8

No Minuto | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ

São Miguel do Gostoso é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional

Notícias - 23/03/2021

9

Turismo Por Cristina Lira | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ

São Miguel do Gostos, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional

Notícias - 23/03/2021

10

Tribuna de Notícias | RN

FECOMÉRCIO RN / SENAC RN / DEL TURISMO / MARCELO QUEIROZ

São Miguel do Gostos, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional

Notícias - 23/03/2021

11

Tribuna de Notícias | RN

SESC

Circuito literário do SESC realiza sua 5ª edição

Notícias - 23/03/2021

12

Tribuna de Notícias | RN**Após novas restrições, RN tem 7º maior índice de isolamento do país; veja**

Notícias - 23/03/2021

13

Tribuna de Notícias | RN**Micro e pequenas empresas têm quedas de 5,8% na inadimplência em 2020**

Notícias - 23/03/2021

14

Tribuna do Norte | RN**Fechado, TAM faz 117 anos; obra se arrasta desde 2015**

Notícias - 24/03/2021

15

Tribuna do Norte | RN**Água mineral ficará 20% mais cara a partir do dia 29**

Notícias - 24/03/2021

16

Tribuna do Norte RN Potigás adota nova política de pagamento de débitos Notícias - 24/03/2021	17
Tribuna do Norte RN Prefeitura e Estado confirmam ajuda econômica Notícias - 24/03/2021	18
Tribuna de Notícias RN Falta de vacina e auxílio faz confiança do comércio cair Notícias - 24/03/2021	19
Estadão DF País registra 3.158 mortes em 24h; nível de oxigênio em treze Estados preocupa Notícias - 24/03/2021	20
Estadão DF Seguro-desemprego deixa de ser opção para pagar cortes de salário e jornada Notícias - 24/03/2021	21
Estadão DF Empresários procuram Lira e Pacheco Notícias - 24/03/2021	22
Estadão DF 'Queridinhos' estão no topo da lista de investimentos Notícias - 24/03/2021	23
Estadão DF Loft recebe aporte de US\$ 425 milhões e mira ampliação de oferta de imóveis Notícias - 24/03/2021	25
Estadão DF Track & Field faz expansão para cidades menores Notícias - 24/03/2021	26
Folha de São Paulo DF Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar Notícias - 24/03/2021	27
Folha de São Paulo DF Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021 Notícias - 24/03/2021	28
Folha de São Paulo DF Para equipe econômica, carta soa como aceno a Guedes Notícias - 24/03/2021	29
Folha de São Paulo DF Governo avalia tirar do teto de gastos programa de emprego Notícias - 24/03/2021	30



Folha de São Paulo | RJ

Piora da pandemia derruba confiança de consumidor e empresário, diz FGV

Notícias - 24/03/2021

31

O Globo | DF

Adiamento do abono bancará redução de salário e jornada

Notícias - 24/03/2021

32

O Globo | SP

Corte de verba do Censo prejudicará gastos no futuro

Notícias - 24/03/2021

33

RELATÓRIO

Pela primeira vez, desde o início da pandemia de Covid-19, o Brasil registra mais de 3 mil mortes em 24 horas. O jornal Estadão noticia, na página 20 do clipping, que 3.158 brasileiros morreram em decorrência da doença, de acordo com o último balanço diário. O Brasil já totaliza 298.843 óbitos e, além do ritmo lento da vacinação, treze estados estão em alerta para o risco de desabastecimento de oxigênio.

Diante da piora na pandemia e falta do auxílio emergencial, o jornal Tribuna do Norte, na página 19 do clipping, destaca que, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) recuou 1,5% em relação a fevereiro, o quarto mês consecutivo de perdas. Segundo matéria da Folha de São Paulo a queda da confiança dos consumidores e empresários também é registrada pela Fundação Getúlio Vargas, que aponta o pior nível da série histórica iniciada em 2005. Confira na página 31 do clipping

É destaque no jornal Tribuna do Norte que a Prefeitura de Natal vai adotar nos próximos dias medidas que visam socorrer segmentos econômicos da cidade. Dentre as providências estão a prorrogação de prazos para que o setor de hoteleiro recolha Imposto Sobre Serviços (ISS), e a carência no pagamento do Simples Nacional pelos próximos três meses para todos os setores que se enquadram na categoria. O Governo do Estado investirá R\$ 114,5 milhões em medidas que visam amenizar o sofrimento da população e o aperto na economia e no emprego, em virtude das medidas de isolamento social. Confira detalhes na página 18 do clipping.

Sem respaldo dentro do governo para promover mudanças no seguro-desemprego neste momento de piora no mercado de trabalho, a equipe econômica mudou sua estratégia para tirar do papel o programa que permite novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contrato dos trabalhadores. O Estadão destaca, na página 21 do clipping, que o esforço agora é para buscar recursos dentro do próprio Orçamento, o que pode ser difícil diante do cenário de aperto. Por isso, integrantes da equipe econômica já admitem a abertura de um crédito extraordinário, fora do teto de gastos, para bancar o programa.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: Blog da Juliska – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Senac RN firma parcerias com empresas de recrutamento e seleção de pessoal **Impacto:** Positivo
Link: <https://www.blogdajuliska.com.br/senac-rn-firma-parcerias-com-empresas-de-recrutamento-e-selecao-de-pessoal>



Senac RN firma parcerias com empresas de recrutamento e seleção de pessoal

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa média de desemprego no RN ficou em 15,8% em 2020, a maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Os dados evidenciam a crescente dificuldade de inserção em um mercado que exige, cada vez mais, pessoas qualificadas e em sintonia com as principais necessidades de cada setor.

É neste contexto que atua o Senac, instituição do Sistema Fecomércio RN, que, além de oferecer qualificação de excelência, investe em ferramentas que visam colaborar com a inclusão de jovens e adultos no mundo profissional, bem como com a geração de ocupação e renda.

Através do Senac Empregabilidade, serviço gratuito que encaminha anualmente cerca de 1.000 alunos ao mercado de trabalho, o Senac RN acaba de lançar importantes parcerias com empresas especializadas em recrutamento e seleção de pessoal.

Uma delas é o convênio com o portal Diversa RH, empresa especializada em serviços de Recursos Humanos. Por meio desta parceria, usuários cadastrados no portal – que atualmente conta com um banco de 5 mil currículos – podem contar com 15% de desconto na matrícula nos cursos Senac RN. A iniciativa visa facilitar o acesso dos candidatos às capacitações oferecidas pela instituição de ensino, que é referência em promover formação e aperfeiçoamento de profissionais.

“O Senac empregabilidade é uma ponte entre o mercado de trabalho, as empresas e os nossos alunos aprovados. É um serviço que faz cumprir nossa missão e ainda vai além, porque nele oferecemos todo um trabalho de orientação profissional, encaminhamentos e investimos em parcerias que atendem diretamente expectativas de empresas e candidatos”, explica o diretor regional do Senac, Raniery Pimenta.

Outro acordo comercial neste contexto, foi o firmado com a Iwof Tecnologia, plataforma digital que facilita a troca de informações entre empresas que procuram trabalhadores e pessoas que buscam emprego. Nesta, além de condições comerciais diferenciadas, os egressos do Senac RN serão detentores do selo “Iwof Mais”, que possibilitará acesso privilegiado a ofertas de trabalho disponibilizadas pela plataforma.

“Diante desse cenário de altas taxas de desemprego que só agravam a crise econômica que o país enfrenta, o Sistema Fecomércio RN prioriza estar pensando e investindo em ações que possam colaborar com a retomada da nossa economia, bem como com a geração de emprego e renda. Iniciativas como a do Senac Empregabilidade, além das parcerias e acordos que buscamos firmar com entidades públicas e privadas ratificam o nosso compromisso em colaborar para o desenvolvimento econômico do nosso estado”, disse o presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Senac Empregabilidade

Por meio deste serviço, o aluno que concluir o curso terá mais facilidade em ser selecionado por empresas que estão em busca de profissionais qualificados. Em funcionamento desde o ano de 2009, o serviço já encaminhou mais de 13 mil ex-alunos para ocupar vagas de emprego nos segmentos de comércio de bens, serviços e turismo do estado. Por ano, são cerca de 1.000 ex-alunos selecionados e inseridos profissionalmente nas mais de 1.600 empresas cadastradas.

Para participar do Senac Empregabilidade, o candidato precisa ter sido aprovado, nos últimos seis anos, em algum curso da Instituição. Ele realiza o cadastro no site e em seguida, os currículos que estão de acordo com o perfil das vagas são enviados para as empresas cadastradas, para que os candidatos participem dos processos de seleção de emprego.

As empresas que tem interesse em aderir ao serviço, podem se cadastrar no endereço <http://www.rn.senac.br/empregabilidade>. Os candidatos ainda podem consultar no site o quadro de vagas disponíveis que são atualizadas e informadas semanalmente.

Veículo: Senac RN – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional **Impacto:** Positivo

Link: https://rn.senac.br/noticias/São_Miguel_do_Gostoso_e_o_segundo_destino_da_America_Latina_a_obter_certificacao_internacional

23/03/2021 - SÃO MIGUEL DO GOSTOSO É O SEGUNDO DESTINO DA AMÉRICA LATINA A OBTER CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

A premiação era até então inédita, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo prata

Pertencente a Rede DEL Turismo, desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Sistema Fecomércio, Por meio do Senac, o município de São Miguel do Gostoso - no litoral norte do estado, recebeu a certificação Padrão de Destinos Verdes, na categoria Prata, concedida pela Green Destinations, fundação holandesa sem fins lucrativos para o turismo sustentável.



O município potiguar se destacou por práticas que reconhecem a excelência dos serviços oferecidos no destino aos visitantes. O prêmio analisou diversos aspectos como gestão do destino, natureza, animais e cenário, meio ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar social e negócios e hospitalidade.

A certificação é válida por dois anos e integra o Padrão de Destinos Verdes, conjunto de critérios reconhecido pelo GSTC (Global Sustainable Tourism Council) para medir, monitorar e melhorar a política de sustentabilidade e gestão de destinos e regiões.

“Para conquistarmos mais esse certificado foi necessário passar por várias etapas, sendo desenvolvido a várias mãos, ao longo de um ano de trabalho. Essa junção de esforços que o Programa implementa é um enorme diferencial. Até então inédita na América Latina, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo Prata. Agora, o município de São Miguel do Gostoso, soma-se ao município de Tibau do Sul, sendo os dois únicos destinos da América latina a ter essa premiação”, diz o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O comitê responsável pela análise salientou o quanto ficou impressionado com as explicações e evidências extensas e fundamentadas fornecidas na autoavaliação pelo município, parabenizando o destino pela excelente conquista.

O Programa Rede DEL Turismo, que apoia as ações desenvolvidas, utiliza uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local. A iniciativa foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemãs BBW e SEQUA.

Veículo: Blog do FM – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** RN

Título: São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional **Impacto:** Positivo

Link: <https://blog.flaviomarinho.com.br/são-miguel-do-gostoso-que-Conta-com-a-metodologia-del-turismo-e-o-2-destino-da-america-latina-a-obter-certificacao-internacional>

São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional

23 de março de 2021 às 13:45 • [Comentar](#)

A
PREMIAÇÃO
ERA ATÉ
ENTÃO
INDEIJA,
QUANDO
TIBAU DO
SUL EM
NOVEMBRO
DE 2020
GANHOU O
SELO PRATA
FOTO:
DIVULGAÇÃO

Pertencente a Rede DEL Turismo, desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Sistema Fecomércio, Por meio do Senac, o município de São Miguel do Gostoso – no litoral norte do estado, recebeu a certificação Padrão de Destinos Verdes, na categoria Prata, concedida pela Green Destinations, fundação holandesa sem fins lucrativos para o turismo sustentável.

O município potiguar se destacou por práticas que reconhecem a excelência dos serviços oferecidos no destino aos visitantes. O prêmio analisou diversos aspectos como gestão do destino, natureza, animais e cenário, meio ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar social e negócios e hospitalidade.

A certificação é válida por dois anos e integra o Padrão de Destinos Verdes, conjunto de critérios reconhecido pelo GSTC (Global Sustainable Tourism Council) para medir, monitorar e melhorar a política de sustentabilidade e gestão de destinos e regiões.

“Para conquistarmos mais esse certificado foi necessário passar por várias etapas, sendo desenvolvido a várias mãos, ao longo de um ano de trabalho. Essa junção de esforços que o Programa implementa é um enorme diferencial. Até então inédita na América Latina, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo Prata. Agora, o município de São Miguel do Gostoso, soma-se ao município de Tibau do Sul, sendo os dois únicos destinos da América latina a ter essa premiação”, diz o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O comitê responsável pela análise salientou o quanto ficou impressionado com as explicações e evidências extensas e fundamentadas fornecidas na autoavaliação pelo município, parabenizando o destino pela excelente conquista.

O Programa Rede DEL Turismo, que apoia as ações desenvolvidas, utiliza uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local. A iniciativa foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemãs BEW e SEQUA.

Veículo: NoMinuto.com – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: São Miguel do Gostoso é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional **Impacto:** Positivo

Link: <https://nominuto.com/noticias/turismo/são-miguel-do-gostoso-e-o-2-destino-da-america-latina-a-obter-certificacao-internacional/214717>

São Miguel do Gostoso é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional

Premiação era até então inédita, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo prata.

Da redação, 23 de março de 2021

[Compartilhar](#)

[Tweeter](#)

Divulgação



Pertencente à Rede DEL Turismo, desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Sistema Fecomércio, Por meio do Senac, o município de São Miguel do Gostoso - no litoral norte do Estado, recebeu a certificação Padrão de Destinos Verdes na categoria Prata, concedida pela Green Destinations, fundação holandesa sem fins lucrativos para o turismo sustentável.

O município potiguar se destacou por práticas que reconhecem a excelência dos serviços oferecidos no destino aos visitantes. O prêmio analisou diversos aspectos como gestão do destino, natureza, animais e cenário, meio ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar social e negócios e hospitalidade.

A certificação é válida por dois anos e integra o Padrão de Destinos Verdes, conjunto de critérios reconhecido pelo GSTC (Global Sustainable Tourism Council) para medir, monitorar e melhorar a política de sustentabilidade e gestão de destinos e regiões.

“Para conquistarmos mais esse certificado foi necessário passar por várias etapas, sendo desenvolvido a várias mãos, ao longo de um ano de trabalho. Essa junção de esforços que o Programa implementa é um enorme diferencial. Até então inédita na América Latina, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo Prata. Agora, o município de São Miguel do Gostoso, soma-se ao município de Tibau do Sul, sendo os dois únicos destinos da América latina a ter essa premiação”, diz o presidente do Sistema Fecomércio, Marcelo Queiroz.

O comitê responsável pela análise salientou o quanto ficou impressionado com as explicações e evidências extensas e fundamentadas fornecidas na autoavaliação pelo município, parabenizando o destino pela excelente conquista.

O Programa Rede DEL Turismo, que apoia as ações desenvolvidas, utiliza uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local. A iniciativa foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemãs BBW e SEQUA.

Veículo: Turismo Por Cristina Lira – **Tipo de Mídia:** Blog – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional **Impacto:** Positivo

Link: <https://cristinalira.com/são-miguel-do-gostoso-que-Conta-com-a-metodologia-del-turismo-e-o-segundo-destino-da-america-latina-a-obter-certificacao-internacional>

São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional

📅 23 de março de 2021 👤 Cristina Lira Turismo 📁 Notícias



A premiação era até então inédita, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo prata

Pertencente à Rede DEL Turismo, desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Sistema Fecomércio, por meio do Senac, o município de São Miguel do Gostoso – no litoral norte do estado, recebeu a certificação Padrão de Destinos Verdes, na categoria Prata, concedida pela Green Destinations, fundação holandesa sem fins lucrativos para o turismo sustentável.

O município potiguar se destacou por práticas que reconhecem a excelência dos serviços oferecidos no destino aos visitantes. O prêmio analisou diversos aspectos como gestão do destino, natureza, animais e cenário, meio ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar social e negócios e hospitalidade.

A certificação é válida por dois anos e integra o Padrão de Destinos Verdes, conjunto de critérios reconhecido pelo GSTC (Global Sustainable Tourism Council) para medir, monitorar e melhorar a política de sustentabilidade e gestão de destinos e regiões.

“Para conquistarmos mais esse certificado foi necessário passar por várias etapas, sendo desenvolvido a várias mãos, ao longo de um ano de trabalho. Essa junção de esforços que o Programa implementa é um enorme diferencial. Até então inédita na América Latina, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo Prata. Agora, o município de São Miguel do Gostoso, soma-se ao município de Tibau do Sul, sendo os dois únicos destinos da América Latina a ter essa premiação”, diz o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O comitê responsável pela análise salientou o quanto ficou impressionado com as explicações e evidências extensas e fundamentadas fornecidas na autoavaliação pelo município, parabenizando o destino pela excelente conquista.

O Programa Rede DEL Turismo, que apoia as ações desenvolvidas, utiliza uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local. A iniciativa foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemãs BBW e SEQUA.

Veículo: TRIBUNA DE NOTÍCIAS – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 23/03/21

Título: São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadenoticias.com.br/2021/03/são-miguel-do-gostoso-que-conta-com.html>

SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, QUE CONTA COM A METODOLOGIA DEL TURISMO, É O SEGUNDO DESTINO DA AMÉRICA LATINA A OBTER CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL

23 março



A premiação era até então inédita, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo prata

Natal (RN), 23 de março de 2020 – Pertencente a Rede DEL Turismo, desenvolvido no Rio Grande do Norte pelo Sistema Fecomércio, Por meio do Senac, o município de São Miguel do Gostoso - no litoral norte do estado, recebeu a certificação Padrão de Destinos Verdes, na categoria Prata, concedida pela Green Destinations, fundação holandesa sem fins lucrativos para o turismo sustentável.

O município potiguar se destacou por práticas que reconhecem a excelência dos serviços oferecidos no destino aos visitantes. O prêmio analisou diversos aspectos como gestão do destino, natureza, animais e cenário, meio ambiente e clima, cultura e tradição, bem-estar social e negócios e hospitalidade.

A certificação é válida por dois anos e integra o Padrão de Destinos Verdes, conjunto de critérios reconhecido pelo GSTC (Global Sustainable Tourism Council) para medir, monitorar e melhorar a política de sustentabilidade e gestão de destinos e regiões.

“Para conquistarmos mais esse certificado foi necessário passar por várias etapas, sendo desenvolvido a várias mãos, ao longo de um ano de trabalho. Essa junção de esforços que o Programa implementa é um enorme diferencial. Até então inédita na América Latina, quando Tibau do Sul em novembro de 2020 ganhou o Selo Prata. Agora, o município de São Miguel do Gostoso, soma-se ao município de Tibau do Sul, sendo os dois únicos destinos da América latina a ter essa premiação”, diz o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O comitê responsável pela análise salientou o quanto ficou impressionado com as explicações e evidências extensas e fundamentadas fornecidas na autoavaliação pelo município, parabenizando o destino pela excelente conquista.

O Programa Rede DEL Turismo, que apoia as ações desenvolvidas, utiliza uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local. A iniciativa foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemãs BBW e SEQUA.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Circuito literário do SESC realiza sua 5ª edição **Impacto:** Positivo
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/circuito-literario-do-sesc-realiza-sua-5a-edicao-a-o/505897>

Circuito literário do SESC realiza sua 5ª edição

Publicação: 2021-03-23 00:00:00

Maior circuito literário do Brasil, o "Arte da Palavra – Rede Sesc de Leituras", deu largada à sua 5ª edição nesta semana, e vai seguir com uma série de atividades até dezembro de 2021. Pelo segundo ano, todas as ações ocorrerão em formato on-line, recebendo cerca de 40 escritores, poetas, contadores de histórias, entre outros, de todas as regiões do país. A proposta é promover a literatura nacional por meio de leituras, debates, e oficinas. A programação é transmitida na página do projeto no Facebook.

Créditos: Divulgação



O escritor e liderança indígena, Ailton Krenak faz parte das atrações do Circuito Literário

A programação do Arte da Palavra é dividida em três circuitos: "Autores", voltado para debate entre escritores; "Oralidades", para contadores de histórias, cordelistas, slammers e apresentações que mesclam poesia com outras manifestações artísticas; e "Criação literária", composto por oficinas variadas, com o objetivo de exercitar a prática da escrita nas suas diferentes manifestações e também desenvolver leitores com mais bagagem literária.

Integram a programação 2021 do projeto, nomes como o escritor e liderança indígena, Ailton Krenak; os escritores Bruno Ribeiro, Taylane Cruz e Claudia Lage; da poeta e professora de História da Arte, Elimacuxi; da poetisa e artista-pesquisadora, Patrícia Galelli; do dramaturgo e Doutor em Literatura Comparada, Wilson Coêlho; e do idealizador e responsável pelo projeto "Guia de Leitura", Gelson Bini, entre outros. Estão previstas cerca de 500 atividades ao longo do ano até dezembro.

Segundo o gerente de Cultura do Departamento Nacional do Sesc, Marcos Rego, o "Arte da Palavra" agrega diferentes manifestações literárias, das tradicionais às mais modernas, com escritores e artistas de faixas etárias e vivências variadas, "justamente para alcançar os mais diversos leitores incluindo os que descobriram agora o hábito de ter um livro em mãos", disse. Portanto, o projeto contribui diretamente para a produção e promoção da literatura brasileira, uma vez que forma um ciclo completo de ações junto a outras iniciativas do Sesc, como o Prêmio Sesc de Literatura.

O "Arte da Palavra" foi lançado em 2017 e conta com uma curadoria coletiva, realizada por especialistas do Sesc de todo o país, que selecionam escritores de Norte a Sul. Em 2020, já em formato online, o evento, por meio dos circuitos Autores e Oralidades, alcançou mais de 60 mil visualizações e, no circuito de Criação Literária, registrou mais de mil horas ministradas em oficinas diversas.

Serviço:

5ª edição do circuito Arte da Palavra – Rede Sesc de Leituras. Programação até dezembro na página do projeto no Facebook.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Após novas restrições, RN tem 7º maior índice de isolamento do país; veja **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/apa-s-novas-restria-a-es-rn-tem-7ao-maior-a-ndice-de-isolamento-do-paa-s-veja/505939>

Após novas restrições, RN tem 7º maior índice de isolamento do país; veja

Publicação: 2021-03-23 10:10:09

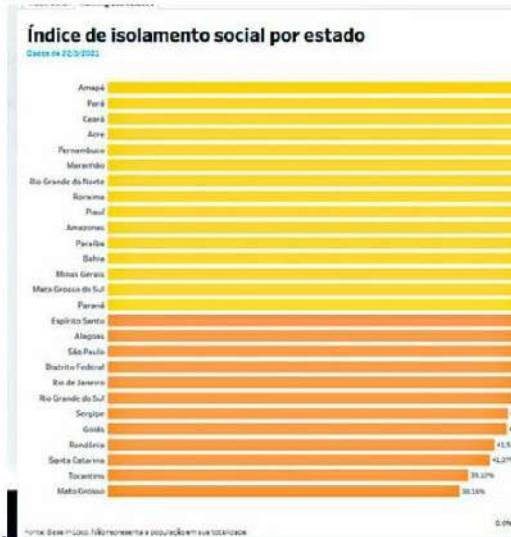
O decreto conjunto do Governo do Estado e da Prefeitura do Natal, que foi seguido por boa parte dos municípios do Rio Grande do Norte, fez com que o estado tivesse um aumento na taxa de isolamento social. O Rio Grande do Norte saltou da 12ª para a 7ª colocação entre os estados do país.

Créditos: Adriano Abreu



Novo decreto está em vigor desde o sábado (20)

De acordo com dados do monitoramento do Mapa Brasileiro da Covid, o Rio Grande do Norte tinha um isolamento social abaixo dos 40% antes da vigência das normas sanitárias mais rígidas. No dia 16 de março, uma terça-feira, o estado registrou 35,4% de índice de isolamento social. Já na segunda-feira (22), dois dias após as medidas mais restritivas, o índice subiu para 47,14%.



Créditos: Reprodução

Na comparação com os demais estados do país, o Rio Grande do Norte está atrás do Amapá (53,87%), Pará (50,83%), Ceará (50,06%), Acre (49,42%), Pernambuco (48,53%) e Maranhão (48,25%). Na outra ponta da comparação, Mato Grosso (38,16%), Tocantins (39,10%) e Santa Catarina (41,37%) são os que têm alcançado menos índices de isolamento.

As medidas vigentes no mais recente decreto no Rio Grande do Norte seguem, pelo menos, até o dia 2 de abril.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 23/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Micro e pequenas empresas têm quedas de 5,8% na inadimplência em 2020 **Impacto:** Neutro

Micro e pequenas empresas têm quedas de 5,8% na inadimplência em 2020

Publicação: 2021-03-23 13:55:00

A inadimplência das empresas caiu 5,8% em dezembro do ano passado, na análise com o mesmo mês do ano anterior. A redução foi puxada pelas micro e pequenas empresas, que são a maioria entre os negócios com dívidas em aberto no país no período.



Créditos: Aldair Dantas/Arquivo TN

Os empreendimentos de menor porte tiveram retração de 7,3% em relação a dezembro de 2019, chegando a 5,4 milhões, o que representa 92,9% do total de 5,8 milhões de negócios com contas atrasadas em dezembro de 2020. Os dados são da Serasa Experian.

O economista da Serasa Experian Luiz Rabi, diz que todas as empresas sofreram com a pandemia, mas tiveram auxílios importantes no período, com linhas de crédito mais baratas também influenciadas pela baixa nos juros. “Porém, com o aumento dos casos de covid-19 em todo o país e novas medidas de isolamento social, os desafios continuaram e isso pode impactar no total de companhias que não conseguem honrar seus compromissos financeiros ao longo deste ano”.

Setores

A participação do setor de serviços, um dos mais impactados pelo período de distanciamento social, registrou alta entre os inadimplentes, indo de 50,2% em dezembro de 2019 para 51,2% no último mês do ano passado. O segmento se mantém como o que mais reúne inadimplentes desde 2018. Já o comércio, que pode funcionar por meio de vendas via internet, por exemplo, registrou queda. A indústria manteve a representatividade, com 8,2%.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Fechado, TAM faz 117 anos; obra se arrasta desde 2015 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/fechado-tam-faz-117-anos-obra-se-arrasta-a-desde-2015/506014>

Fechado, TAM faz 117 anos; obra se arrasta desde 2015

Publicação: 2021-03-24 00:00:00

Mariana Ceci

Repórter

O Teatro Alberto Maranhão completa, nesta quarta-feira (24), 117 anos de fundação. O aniversário, porém, não terá celebração. E a culpa não é da pandemia. O mais antigo teatro de Natal encontra-se com as portas fechadas para o público, por causa de uma reforma que se arrasta desde julho de 2015. A obra encontra-se 76% executada, e tem previsão de finalização para o dia 28 de abril. Entretanto, a gestão estadual passada do Governo do Estado deixou de fora do contrato a reforma da caixa cênica, que teve de ser licitada à parte pela atual. Na prática, portanto, ainda não há data para que o Teatro seja reinaugurado.

Créditos: Magnus Nascimento



Há quase seis anos, as cortinas do TAM se fecharam aos artistas e ao público. Serviços se arrastam

A obra está sob responsabilidade do Governo Cidadão. O valor total do projeto que está em curso atualmente é de R\$ 10.481.338,89. De acordo com o Governo Cidadão, resta a conclusão de serviços como emassamento de paredes, pintura, revestimento, restauro de ladrilhos, finalização de recuperação do forro, conclusão das instalações elétricas e hidráulicas, ligação da subestação e a limpeza final.

O resultado da licitação para a obra da caixa cênica já foi homologado, tendo como vencedor o Consórcio CRM/Edcom, composto pelas empresas Ramalho Moreira e Edcon Comércio e Construções Ltda. Faltava ainda a assinatura do contrato, que será no valor de R\$ 2.534.335,37.

O Teatro Alberto Maranhão é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte (IPHAN). Ele foi originalmente projetado pelo engenheiro José de Barredo, e a construção teve início no ano de 1898. Seis anos depois, em 1904, o prédio foi inaugurado sob o nome de Teatro Carlos Gomes.

A edificação passou por diversas reformas ao longo de sua história: no segundo governo de Alberto Maranhão, sendo reinaugurado em 1912; na gestão municipal de Djalma Maranhão, em 1959; e em 2004, quando completou 100 anos de fundação e passou por mais uma reforma, essa focada na acessibilidade e climatização do espaço. A reestruturação atual é a mais longa, e quase se equipara com o tempo levado para erguer o empreendimento, no início do Século XX.

De acordo com a atual gestão do Governo do Estado, o projeto deixado pela gestão anterior encontrava-se 5% concluído e apresentava uma série de erros. Outros aspectos, como a própria caixa cênica, foram completamente esquecidos no projeto de reforma. Os entraves burocráticos e a necessidade de refazer parte dos projetos são as principais razões pelas quais a reforma se arrasta por seis anos.

Desafios

O Coordenador de Teatros da Fundação José Augusto e Diretor do Teatro Alberto Maranhão, Ronaldo Costa, destaca que os desafios não devem acabar após o fim da obra. "O primeiro desafio que vamos ter em relação à reinauguração do Teatro Alberto Maranhão é a reestruturação da equipe administrativa e da equipe técnica do Teatro", explica. De acordo com o diretor, parte da equipe se aposentou ao longo dos últimos anos, e o restante encontra-se em vias de aposentadoria. Ainda não há definição se a nova equipe será contratada por meio de um concurso público ou por meio da terceirização.

Resolvida a questão, Ronaldo Costa confirma que o segundo desafio será retomar a atividade-fim do Teatro: a concessão de pautas para artistas e trabalhadores da cultura da cidade. "Como ele sempre foi um centro agregador de pensamento e construção de conhecimento, a ideia é que o Teatro Alberto Maranhão seja espaço também para o desenvolvimento de algumas atividades", complementa.

Essas atividades serão definidas em parceria com algumas entidades que possuem residência no espaço, como é o caso da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte. "Outra ideia é trazer a parte de ensino, sobretudo a reestruturação do centro experimental", frisa o diretor.

Outro projeto que já se encontra em fase de desenvolvimento faz parte de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O projeto tem o objetivo de resgatar a história do Teatro a partir da digitalização dos documentos que envolvem as pautas apresentadas ao longo dos anos no espaço. "Esses documentos continuarão a ser catalogados por muitos anos", diz Ronaldo Costa. Parte do acervo já integra o livro de Meira Pires, teatrólogo que escreveu sobre a história do Teatro Alberto Maranhão. O objetivo é que, além de digitalizar, o acervo seja propiamente acondicionado e armazenado, para que possa servir como fonte para pesquisas históricas sobre a cidade de Natal.

Créditos: Alex Régis



Reforma atual, a maior desde a sua inauguração em 1904, está consumindo quase mesmo tempo da construção do empreendimento

Obras da Escola de Dança avançam

Um patrimônio histórico totalmente recuperado será entregue ao Rio Grande do Norte ainda este mês, conforme prometido pelo Governo do Estado. A obra de recuperação e ampliação da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão (EDTAM) está quase concluída com o investimento de R\$ 1,9 milhão, via Governo Cidadão e Secretaria Estadual de Turismo, com recursos viabilizados pelo Banco Mundial.

Em visita técnica no final do mês passado, o secretário Fernando Mineiro (Segri), coordenador do Governo Cidadão, apresentou o prédio reformado ao procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, Thiago Martins Guterres; ao superintendente do Iphan/RN, Jorge Cláudio Machado da Silva; ao diretor da Fundação José Augusto, Fábio Lima; e à diretora da EDTAM, Wanie Rose.

"Agradecemos a sensibilidade dos órgãos que uniram esforços com o Governo para que hoje a gente pudesse estar neste exemplo de obra executada de forma correta", lembrou Mineiro. A expectativa é que depois da obra, a EDTAM volte a receber a média de 500 alunos por ano.

A retomada da obra com todas as adequações só foi possível após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) com o Ministério Público junto ao TCE, com a aprovação unânime do pleno da Corte de Contas. Este TAG foi pioneiro por se tratar de uma obra física.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Água mineral ficará 20% mais cara a partir do dia 29 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-gua-mineral-ficara-20-mais-cara-a-par-tir-do-dia-29/506012>

Água mineral ficará 20% mais cara a partir do dia 29

Publicação: 2021-03-24 09:00:00

Matteus Fernandes
Repórter

O garrafão de 20 litros de água mineral ficará mais caro no Rio Grande do Norte a partir da próxima segunda-feira (29). Após decisão do Sindicato de Bebidas e Água Mineral do Estado (Sicramim), o valor cobrado sobre essa litragem terá um acréscimo de 20% e vai custar, em média, entre R\$ 7 e R\$ 12 ao consumidor final, conforme previsão do próprio Sindicato. A medida foi justificada pelo aumento no preço dos insumos da indústria e a baixa no faturamento do setor.

Créditos: Magnus Nascimento



Conforme previsão do Sicramim, custo do botijão de 20 litros deverá ficar entre R\$ 7,00 e R\$ 12,00

Antes desse, o último reajuste praticado foi colocado em prática em dezembro de 2019. O presidente do Sicramim, Roberto Serquiz, afirmou que o setor vinha segurando o reajuste há quase um ano e meio em face do impacto da covid-19 na economia, mas nos últimos três meses as implicações aumentaram ainda mais. Mesmo considerando um momento desconfortável, ele afirmou que a indústria não poderia mais insistir em conter a revisão do valor. "O setor vinha resistindo a qualquer tipo de repasse. Nós seguramos durante esse tempo, mas esses últimos três meses tornaram o reajuste inadiável", disse Serquiz.

Um dos pontos destacados pelo Sindicato foi o aumento da embalagem do garrafão de 20 litros, o principal formato para distribuição de água mineral, que passou de R\$ 8 para R\$ 17 em um prazo de quatro meses - aumento de 112%. Outros insumos que, assim como o garrafão, têm a resina como matéria prima também sofreram incremento no seu valor, que gira em torno de 70%.

Há ainda outros valores que impactam diretamente nos custos da produção e distribuição do produto no mercado, como é o caso da gasolina, que sofreu em seis meses um aumento de 50% e o óleo diesel, que foi reajustado em 41%. "Tem também os custos com a manutenção e mão de obra, então, nos vimos diante de uma situação inadiável, à qual resistimos, mas chegamos no limite", ponderou Serquiz.

Mesmo assim, o presidente do Sicramim esclareceu que a água mineral produzida em solo potiguar continua sendo a mais barata do Brasil. "Se pararmos para comparar, uma taxa de delivery é de cerca de R\$ 8 e quando você compra um garrafão de água mineral, está adquirindo um produto e um serviço.

Não é com isso que quero justificar o realinhamento. Mas só assim podemos conseguir manter a indústria tão bem qualificada quanto é hoje", frisou.

Além disso, outro fator levantado foi a queda no faturamento das empresas. Roberto Serquiz também é presidente da Água Santa Maria, que está operando com 50% do rendimento que era registrado no período pré-pandemia. Segundo o empresário, essa situação é refletida nas outras empresas potiguares do setor. Atualmente, com a adoção de várias atividades no modelo remoto, o mercado de abastecimento de água mineral para repartições públicas e centros econômicos ficou restrito, e a venda dos garrafões de 20 litros tem sido a base do setor.

Roberto Serquiz também citou o impacto do aumento no preço do óleo diesel na cadeia de produção. "Se a embalagem de 20 litros teve aumento, ela tem validade e vai ter que trocar. Infelizmente, nós somos reféns de dois grandes monopólios: do combustível e da petroquímica", frisou ele.

Serquiz afirmou, ainda, que mesmo não sendo uma decisão fácil, acredita que a população deverá entender como um repasse justo. Do ponto de vista das empresas, ele avalia como necessário para a estabilidade do setor e manutenção dos empregos.

De acordo com pesquisa realizada pelo Sicramim, quase 65% da população prefere água mineral natural para consumo em casa. Os dados foram coletados pela Consult Pesquisa no início deste ano por meio de entrevistas realizadas entre 1.700 pessoas, distribuídas em 12 regiões do Estado. O principal critério de escolha para 41,9% dos entrevistados é a qualidade da água consumida, seguido de menor preço (36,9%), praticidade (19,7%) e facilidade de compra (17,8%).

Selo

O Sicramim orienta que o consumidor deve sempre garantir que o garrafão adquirido possua o Selo de Controle Fiscal institucionalizado desde 2017.

Validado pela Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária no RN e pela Secretaria de Tributação do Estado, o selo azul assegura a qualidade e integridade do produto ingerido.

O selo é concedido somente às fontes de água contribuintes de ICMS que estão em dia com as obrigações tributárias e sanitárias. A lei prevê multa de R\$60 por cada vasilhame que for encontrado em situação irregular.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Potigás adota nova política de pagamento de débitos **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/potiga-s-adota-nova-pola-tica-de-pagame-nto-de-da-bitos/506011>

Potigás adota nova política de pagamento de débitos

Publicação: 2021-03-24 00:00:00

A Companhia Potiguar de Gás (Potigás), também afetada pela redução do volume de gás natural comercializado, fez uma análise de mercado e atendendo a pleitos como o da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e também do setor de hotelaria, ançou nova política de parcelamento de faturas para clientes comerciais e industriais de pequeno porte. A medida visa contribuir com os usuários que enfrentam dificuldades financeiras nesse momento de isolamento social, indispensável para evitar maior propagação do vírus.



Créditos: Magnus Nascimento

Os clientes que utilizam até 1.000m³ de gás por dia, com débitos de até R\$ 150 mil, vencidos ou com vencimento até 30/04/2021, poderão parcelar as suas faturas em até 6 vezes, com a excepcional dispensa dos encargos financeiros para aqueles que pagarem em dia o parcelamento acordado.

“Medidas como essa são essenciais para ajudar os nossos clientes a passarem por essa fase e contribuem para a manutenção dos empregos”, afirmou Larissa Dantas, diretora presidente da Potigás. clientes que optarem pelo parcelamento, podem entrar em contato pelo 3204-8500 ou pelo e-mail: financeiro@potigas.com.br e consultar as condições oferecidas.

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Site – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Prefeitura e Estado confirmam ajuda econômica **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/prefeitura-e-estado-confirmam-ajuda-economica/506005>

Prefeitura e Estado confirmam ajuda econômica

Publicação: 2021-03-24 09:00:00

A Prefeitura de Natal vai adotar nos próximos dias medidas que visam a socorrer segmentos econômicos da cidade no atual momento, em que a pandemia provoca aumento elevados de casos e mortes levando ao fechamento das atividades produtivas não essenciais. Uma das medidas confirmadas pela Prefeitura já estará em vigor nesta quarta-feira (24) beneficiando o setor de Turismo, com a prorrogação de prazos para que o setor de hotéis e pousadas recolha o Imposto Sobre Serviços (ISS). A outra proposta prevê uma carência no pagamento do Simples Nacional pelos próximos três meses.

Créditos: Alex Régis



Desde o início da pandemia, os setores de hotelaria e bares e restaurantes foram os mais afetados com o fechamento das atividades não essenciais impostas pelo Estado e Prefeituras Municipais no RN

Nesta quarta-feira, um decreto será publicado no Diário Oficial do Município, ampliando em até 70 dias o período de pagamento do ISS para os operadores de hotelaria em Natal. Assim, o contribuinte que registrou faturamento em 1º de março, por exemplo, poderá efetuar o recolhimento do tributo até o dia 10 de maio, ao invés de recolher em abril. A norma abrange o período de apuração que vai de 1º de março a 31 de dezembro deste ano.

Da mesma forma, o prefeito Álvaro Dias solicitou à Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) para que remeta ao Conselho Gestor do Simples Nacional a proposta de extensão da cobrança do Simples. A proposta é de que haja uma carência de três meses no pagamento para todos os setores que estejam enquadrados no Simples. Dentro dessa premissa, o período de apuração de março, que tem vencimento em 20 de abril, passaria a vencer em 20 de julho deste ano. A mesma dinâmica seria aplicada por três meses.

O prefeito Álvaro Dias ressaltou que a administração municipal está mobilizada para estudar maneiras de ajudar os segmentos que dão sustentação à economia de Natal durante a crise da Covid-19 que vem desde o ano passado impactando negativamente a atividade produtiva e obrigando-a à suspensão momentânea de algumas atividades.

"Sabemos e somos sensíveis às dificuldades econômicas por que atravessam as empresas e os empreendedores natalenses. Trabalhamos para que todos consigam manter suas atividades e os empregos que geram. Por isso mesmo, estamos anunciando essas primeiras medidas e, juntamente com nossa equipe econômica, continuamos debruçados no esforço de buscar mais soluções para mitigar os prejuízos sofridos pelo setor produtivo da nossa cidade", afirmou o prefeito.

Ele destacou ainda, que "mesmo com o Município também sendo penalizado pela pandemia, duramente atingido em suas receitas por um lado e extremamente demandado em seus serviços das redes de Saúde e de Assistência Social por outro, estamos imbuídos do propósito de equilibrar todas as medidas sanitárias que são necessárias para salvar vidas e as que possam nos ajudar a preservar o funcionamento dos setores econômicos, assim como dos postos de trabalho".

Em Natal, o Turismo e o Comércio são os maiores empregadores formais e os que mais geram impostos para o Poder Público municipal.

Estado investirá R\$ 114,5 milhões

O Governo do Estado lançou uma série de medidas para tentar amenizar o sofrimento da população em virtude das medidas de isolamento social mais rígido em vigor. As medidas, que envolvem um volume total de recursos de R\$ 114,5 milhões, têm como foco proteger a vida dos cidadãos e compensar micro e pequenos empreendedores de eventuais prejuízos decorrentes da pandemia.

Na Proteção à Vida estão destinados R\$ 22 milhões, dos quais R\$ 20 milhões para a compra de aproximadamente 300 mil doses de vacinas e R\$ 2 milhões para aquisição de máscaras destinadas aos trabalhadores. Esse valor (R\$ 22 milhões) não inclui os inúmeros dos leitos de UTIs que o Governo do Estado está abrindo em todas as regiões potiguares.

No caso das vacinas, as 300 mil doses representam praticamente o dobro da quantidade enviada ao RN, até agora, pelo Ministério da Saúde. "O caminho mais seguro, mais eficaz para vencermos a pandemia e salvar vidas, neste momento, é avançar no processo de vacinação. E nosso governo não descansará um só instante enquanto não tivermos todos os potiguares vacinados", disse a governadora Fátima Bezerra.

A confecção das máscaras, além de proteger a saúde dos trabalhadores, também vai contribuir para a manutenção dos empregos no interior do Rio Grande do Norte, uma vez que serão fabricadas pelas oficinas de costuras espalhadas pelos municípios do Estado.

Economia

Na Proteção à Economia, o volume investido será de R\$ 56,5 milhões, destinados principalmente a micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional (R\$ 45 milhões). Os setores de bares e restaurantes terão R\$ 11,5 milhões em isenção das tarifas de água e concessão de crédito via Agência de Fomento (AGN). O Governo também ampliou o Super Refis e prorrogou o pagamento ICMS de março dos setores de bares e restaurantes.

A Proteção Social receberá um volume de investimentos de R\$ 36 milhões, sendo R\$ 28 milhões de microcrédito para trabalhadores informais e microempreendedores individuais. Eles poderão obter financiamento até o limite de R\$ 12 mil, pagando zero de juros. O Governo também irá deixar de cobrar, por 90 dias, as tarifas de água da Caern dos consumidores de baixa renda das tarifas Social e Popular. Serão 20 mil famílias beneficiadas, cerca de 80 mil pessoas.

Além disso, ficará suspenso por três meses o corte, por atraso de pagamento, do fornecimento de água desses consumidores. Nesse caso, o benefício é de R\$ 1 milhão. O Governo do Rio Grande do Norte também irá distribuir 30 mil cestas básicas, no valor estimado de R\$ 2 milhões e irá reservar outros R\$ 5 milhões para auxílios a serem definidos.



Créditos: Adriano Abrasf

Estamos anunciando essas primeiras medidas e, juntamente com nossa equipe econômica, continuamos debruçados no esforço de buscar mais soluções para mitigar os prejuízos sofridos pelo setor produtivo da nossa cidade"

Álvaro Dias
prefeito de Natal



Créditos: Elisa Eisele

"O caminho mais seguro, mais eficaz para vencermos a pandemia e salvar vidas, neste momento, é avançar no processo de vacinação. E nosso governo não descansará um só instante enquanto não tivermos todos os potiguares vacinados"

Fátima Bezerra
governadora do RN

Veículo: Tribuna do Norte – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Falta de vacina e auxílio faz confiança do comércio cair **Impacto:** Neutro

Falta de vacina e auxílio faz confiança do comércio cair

« **RECUO** » Pesquisa da CNC mostra que Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) recuou 1,5% ante fevereiro. É a quarta queda seguida

DANIELA AMORIM
Agência Estado

Rio - Os comerciantes brasileiros voltaram a ficar menos otimistas em março, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) recuou 1,5% em relação a fevereiro, o quarto mês consecutivo de perdas, para 103,6 pontos.

O indicador manteve-se na zona superior a 100 pontos, o que reflete relativa satisfação, mas registrou uma queda de 19,3% em relação ao patamar de março de 2020.

Segundo a CNC, o movimento reflete as dificuldades motivadas pela demora na imunização da população contra a covid-19, além da ausência do pagamento do auxílio emergencial e das dificuldades na recuperação da atividade econômica.

Na passagem de fevereiro para março, todos os três componentes do Icec recuaram. As avaliações sobre as condições atuais caíram 4,1%, para 77,2 pontos, enquanto as expectativas diminuíram 0,4%, para 142,2 pontos. Já o componente de intenções de investimentos encolheu 0,9%, para 91,5 pontos.

"Além das dificuldades provocadas pela pandemia com relação ao mercado, há outros fatores que impactam o negócio do comerciante, como a pressão de custos sobre os preços finais, dólar alto e reajustes nos contratos de aluguel. Com as medidas restritivas e a baixa imunização, parece que estamos ainda em 2020. No curto prazo, o índice tende a se comportar de forma dependente de fatores como esses, oscilando em reação com o humor do consumidor", acrescentou Antonio Everton,



ALEX RÉGIS

Confiança do consumidor, segundo sondagem da FGV, caiu 9,8 pontos em março ante fevereiro

economista da CNC responsável pelo estudo, em nota oficial.

Consumidor

A confiança do consumidor caiu 9,8 pontos em março ante fevereiro, na série com ajuste sazonal, informou nesta terça-feira (23) a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) desceu a 68,2 pontos, o menor patamar desde maio de 2020.

"A forte queda da confiança dos consumidores é resultado do recrudescimento da pandemia de covid-19 em todo o País e do colapso do sistema de saúde em várias cidades. A campanha de imunização do Covid-19 no País segue lenta, enquanto o número de hospitalizações e mortes por dia avança rapidamente, levando estados e municípios a adotar medidas de restrição à circulação de pessoas. Os consumidores percebem a piora da situação econômica atual com sérios

riscos ao emprego e à renda e são também afetados psicologicamente pelo medo de contrair a doença e pela necessidade de isolamento social", avaliou Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das Sondagens do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

Em março, o Índice de Situação Atual (ISA) recuou 5,5 pontos, para 64 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) despencou 12,3 pontos, para 72,5 pontos.

O componente que mede a percepção dos consumidores em relação à situação econômica geral atual diminuiu 3,7 pontos em março, para 70,3 pontos, menor patamar da série histórica iniciada em setembro de 2005. O item que mede a satisfação sobre as finanças pessoais no momento presente caiu 7,0 pontos, para 58,5 pontos, o menor nível desde abril de 2016.

Quanto às expectativas, o

componente que mede as perspectivas para a economia nos próximos meses encolheu 15 pontos, para 92,1 pontos, menor patamar desde maio de 2020. O item que mede a situação das finanças familiares nos próximos meses teve queda de 7,9 pontos, para 82,3 pontos, menor nível desde junho de 2020. Já o quesito que mede o ímpeto de compras de bens de consumo duráveis caiu 12,6 pontos, para 46,6 pontos, o nível mais baixo desde junho de 2020.

Houve piora na confiança em todas as faixas de renda familiar em março, com destaque para a perda entre os mais pobres. Entre as famílias com renda mensal até R\$ 2.100,00, o Índice de Confiança do Consumidor tombou 11,8 pontos em março, para 63,5 pontos.

A Sondagem do Consumidor coletou informações de 1.644 domicílios, com entrevistas entre os dias 1º e 20 de março.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: País registra 3.158 mortes em 24h; nível de oxigênio em treze Estados preocupa **Impacto:** Neutro

Brasil superou pela 1ª vez marca dos 3 mil óbitos notificados em um dia; Ministério da Saúde afirma que fornecimento de oxigênio é “preocupante” em seis Estados e requer “atenção” em outros sete. Gargalo é maior em cidades do interior e unidades de saúde menores

País registra 3.158 mortes em 24h; nível de oxigênio em treze Estados preocupa



Cemitério de Vila Formosa. “É difícil o morto que chega esses dias por aqui que não seja Covid”, diz agente funerário, que identifica esse casos como ‘D3’

O Brasil registrou 3.158 novas mortes pela covid-19, a 1ª vez que o País ultrapassou os 3 mil óbitos no balanço diário. Redes hospitalares em várias partes do País já enfrentam colapso, com filas de leito, falta de remédios e dificuldades de abastecimento de insumos. Monitoramento do Ministério da Saúde aponta fornecimento de oxigênio medicinal “preocupante” em seis Estados e em “estado de atenção” em outros sete. O quadro foi relatado por um assessor do setor de Logística da pasta em reunião anteontem com a Procuradoria-Geral da República (PGR).

A média semanal de vítimas (2.349), que elimina distorções entre dias úteis e fim de semana, bateu recorde pelo 25.º dia seguido ontem. As feiras-feiras costumam ter balanços mais altos, uma vez que incorporam dados repassados dos dias anteriores – no fim de semana há gargalos na inclusão de dados no sistema. No total, o Brasil tem 298.843 mortos, segundo o consórcio de veículos de imprensa. Especialistas ainda não veem sinais de queda na curva e preveem mais pressão sobre os sistemas de saúde.

O general Ridauto Fernan-

des, diretor de Logística do Ministério da Saúde, relatou que há risco de falta de oxigênio medicinal no Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amapá, Ceará e Rio Grande do Norte. Além disso, disse ele, Pará, Bahia, Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se encontram em “estado de atenção”.

Conforme a PGR, o general ainda apontou que o governo federal estuda incluir os motoristas de empresas de gases medicinais como grupo prioritário da vacinação contra o novo coronavírus. A demanda é reivindicada pelas fabricantes.

A multinacional White Martins também participou da reunião, na qual teria informado um aumento de até 300% na demanda em algumas localidades. Ela também criticou limitares que determinam a entrega de quantidades do produto sem considerar a situação do setor. Segundo a empresa, as limitares desorganizam a logística e trazem “risco de desabastecimento em grandes hospitais”.

Anteontem, o Mato Grosso confirmou que duas fornecedoras notificaram haver risco de desabastecimento a cerca de 50 municípios. No mesmo dia, o Paraná indicou necessitar de mil cilindros.

Queiroga tem posse reservada no Planalto

● O presidente Jair Bolsonaro deu posse ontem ao cardiologista Marcelo Queiroga como novo ministro da Saúde – o quarto a ocupar o cargo em seu governo. A oficialização da troca ocorreu em cerimônia reservada no gabinete do presidente e a nomeação foi publicada à tarde em edição extra do DO. Queiroga foi anunciado como novo chefe da pasta na segunda-feira, 15, no lugar do general Eduardo Pazuello, desgastado após a explosão de casos e mortes por covid-19 no País. O agora ex-ministro responde a um inquérito no Supremo Tribunal Federal por suposta

omissão do ministério no colapso registrado no Amazonas no início do ano, quando pacientes da doença morreram asfixiados por falta de oxigênio.

Como revelou o Estadão, a posse de Queiroga ainda estava travada porque antes era preciso que ele se desvinculasse da sociedade de empresas das quais é sócio na Paraíba, seu Estado.

Além da ligação de Queiroga com as empresas, o destino de Pazuello também travava a mudança: uma das possibilidades é que ele assuma a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que deve sair da Economia para a Secretaria-Geral da Presidência. Queiroga disse semana passada que “dará continuidade ao trabalho executado na pasta”/EMILLY BEHNKE e MARCELO DE MORAES

● **Curvas ‘em I’**
2.349 óbitos
foi a média diária, novo recorde.
300%
foi o aumento na demanda de oxigênio, segundo a White Martins

Interior. Secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas diz que a preocupação é com hospitais municipais de pequeno porte, no interior, abastecidos com cilindros de oxigênio. “Usavam um cilindro por mês, se transformaram em PA (pronto-atendimento) para covid e, de uma hora para outra, o consumo explo-

MP-SP apura se falta de insumo causou 3 óbitos

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) instaurou inquérito civil ontem para investigar os relatos de que três pacientes com covid-19 morreram após falha no abastecimento de oxigênio na UPA Ermelino Maratrazzo, zona leste paulistana, na noite do último dia 19. A Secretaria Municipal da Saúde, que nega as mortes, tem três dias para se manifestar.

“A situação, diante da violência do agravamento da pandemia, pode se repetir em outras unidades municipais de saúde”, diz a portaria de abertura do inquérito, assinada pelo promotor Arthur Pinto Filho. A denúncia foi revelada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na qual trabalhadores da saúde apontaram que a falta do insumo também causou piora no estado de saúde dos pacientes. Segundo a Prefeitura, a unidade teve problema no abastecimento e as dez pessoas que precisavam de oxigênio foram transferidas a tempo.

A empresa White Martins disse que já havia alertado a unidade para a “necessidade de informar previamente qualquer incremento de consumo”.

Em Maringá (PR) e em Campo Bom (RS), inquéritos esondiciários apuram se falhas em sistemas de oxigênio resultaram na morte de mais sete pacientes. No Rio Grande do Sul, o Instituto Geral de Perícias fez análise técnica do Hospital Lauro Reus, onde seis pacientes morreram após falha no sistema de oxigênio no dia 19. A avaliação envolveu três frentes: falha mecânica, possível pane elétrica e problema no software de gerenciamento. Os laudos serão enviados à polícia. A Promotoria também apura. O hospital disse semana passada que nenhum paciente ficou sem oxigênio.

Maringá apura se uma queda de pressão no sistema de circulação de oxigênio motivou a morte de um paciente de covid de 72 anos no dia 13. Segundo o município, o complexo hospitalar a que essa unidade está incluída teve alta de consumo de 20 mil m³ por mês, antes da pandemia, para 120 mil m³ em fevereiro e deve atingir 150 mil m³ este mês. A prefeitura diz avaliar se houve causalidade./P.M. e MARCO ANTONIO CARVALHO

Veículo: Estadão – Tipo de Mídia: Jornal – Data: 24/03/21 – Cidade/UF: DF

Título: Seguro-desemprego deixa de ser opção para pagar cortes de salário e jornada Impacto: Neutro

Seguro-desemprego deixa de ser opção para pagar cortes de salário e jornada

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

Sem respaldo dentro do governo para promover mudanças no seguro-desemprego neste momento de piora no mercado de trabalho, a equipe econômica mudou sua estratégia para tirar do papel o programa que permite novos acordos para redução de jornada e salário ou suspensão de contrato dos trabalhadores. O esforço agora é para buscar recursos dentro do próprio Orçamento, o que pode ser difícil diante do cenário de aperto. Por isso, integrantes da equipe econômica já admitem a abertura de um crédito extraordinário, fora do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), para bancar o programa.

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, o governo estima que a nova rodada de reduções de jornada e salário ou suspensões de contrato deva alcançar de 2,7 milhões a 3 milhões de trabalhadores. O benefício emergencial (BEm), pago pelo governo como compensação pela perda salarial, deve custar entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões.

A alteração no seguro-desemprego caiu na "ordem de prioridades" para financiar o BEm depois de ter sido uma receptividade ruim dentro do próprio governo e entre economistas e centrais sindicais. Técnicos da área econômica reconhecem



Gasto. Nova rodada de reduções de jornada e salário e suspensões de contrato deve custar entre R\$ 5,8 bi e R\$ 6,5 bilhões

● **Longa espera**
"O governo está demorando demais, tinha que ter já um pacote parecido com o do ano passado."

Ricardo Patah
PRESIDENTE DA UGT

que o momento é "impraticável" para uma mudança como essa, dado o risco de aumento do desemprego.

A proposta de mudança na política permanente de proteção a trabalhadores demitidos, revelada pelo *Estadão/Broadcast*, in-

cluía a previsão de parcelas decrescentes (com um corte de 10% a cada mês) e uma carência maior para acessar o benefício a partir do segundo pedido. Hoje, o valor da parcela do seguro é fixo em todos os meses.

Segundo apurou a reportagem, a proposta de mudança não foi bem recebida pela ala política do governo, que orientou o abandono dessa alternativa. Mesmo na área econômica, técnicos admitem que o tema, já sensível em qualquer contexto, virou ainda mais polêmico devido ao momento do mercado de trabalho. O País fechou o últi-

mo trimestre de 2020 com a taxa de desemprego em 13,9%, a pior da série do IBGE, iniciada em 2012.

Fonte de recursos. O esforço agora tem sido encontrar recursos dentro do próprio Orçamento. A missão é difícil: ontem, o próprio Ministério da Economia apontou um buraco de R\$ 17,5 bilhões no teto de gastos, indicando a necessidade de um corte de despesas nesse valor. Apesar disso, uma fonte da área econômica garante que há alternativas em estudo.

Uma hipótese cogitada no

Congresso é repassar às empresas a responsabilidade de pagar o auxílio-doença a trabalhadores afastados por até 120 dias, o que poderia liberar cerca de R\$ 5 bilhões dentro do teto. O entrave, porém, é a dificuldade de caixa das empresas para assumir essas despesas num momento de crise.

Na avaliação da equipe econômica, a nova rodada do programa atende aos requisitos de imprevisibilidade e urgência necessários para a abertura de um crédito extraordinário.

A reedição do programa tem sido um pedido inclusive das

centrais sindicais. O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, diz que o governo deveria acelerar a medida, nos mesmos moldes do ano passado, com um desenho "equilibrado". "É preciso no mínimo manter a empresa, mesmo com algum instrumento de redução de jornada ou suspensão de contrato", afirma. "O governo está demorando demais, tinha de ter já um pacote parecido com o do ano passado. Tem muitas empresas esperando isso."

O primeiro secretário geral da Força Sindical, Sérgio Leite, que integra o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Cofeat), também defende a reedição do programa, no mesmo desenho aprovado em 2020 pelo Congresso.

Embora apoiem a nova rodada do BEm, as centrais sindicais se opõem à revisão no seguro-desemprego. "É temerário mexer no seguro-desemprego, que é o único instrumento para minimizar o impacto sobre trabalhadores quando perdem o emprego", diz Patah.

O economista Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas da MAG Seguros, também vê o momento como inoportuno para mudanças no seguro-desemprego. Embora veja espaço para mudanças na política, para corrigir distorções, ele afirma que uma alteração agora pode piorar ainda mais a situação do mercado de trabalho. / COLABOROU DANIEL WETERMAN

Governo quer recurso de previdência como garantia de crédito

BRASÍLIA

O governo quer permitir aos clientes usar parte dos recursos poupados em previdência complementar como lastro de empréstimos com o objetivo de conseguir baratear o custo do crédito. A permissão está prevista em medida provisória (MP) em elaboração pelo Ministério da Economia para fomentar as garantias, aumentando a competição no mercado com redução da taxa de juros e portabilidade das operações de crédito.

A MP cria a Câmara de Gestão de Garantias (CCG) e está em estudo há mais de um ano e meio, ação apontada com grande potencial para estimular o crédito e ser uma das principais bandeiras na área de medidas microeconômicas do governo.

A câmara também vai administrar essas garantias e também facilitar operações com empresas. A central vai avaliar o valor do imóvel e dizer quanto a pessoa ou a empresa pode pegar de financiamento dando o imóvel como garantia. O tomador do crédito poderá escolher qualquer instituição financeira e buscar o empréstimo. Uma vez que ele pague um valor do empréstimo libera espaço para pegar mais crédito com outro banco, se quiser. Ele poderá escolher o banco que está ofertando a melhor condição.

Também será permitido a "recarga" do financiamento imobiliário. Ou seja, pegar um novo empréstimo com o lastro do valor do imóvel pago. Para isso, será feita uma averbação do registro dos imóveis sobre o valor do saldo devedor para atualizar o valor da dívida e o que foi pago.

O diagnóstico do Ministério da Economia e do Banco Central é de que há um "empocamento" das garantias. Isso significa, na prática, que muitas garantias que poderiam ser usadas para novos financiamentos não são aproveitadas.

É o caso, por exemplo, de uma pessoa que fez um financiamento para a compra do imóvel, já pagou grande parte dele, mas esse patrimônio está "preso" numa alienação fiduciária (uma modalidade de financiamento, onde o devedor, para garantir o pagamento, transfere o imóvel para o credor enquanto paga por aquele bem). Até quitar o financiamento, o imóvel fica no nome do banco e não do comprador.

Cálculos do governo apontam que a carteira de financiamento imobiliário é próxima de R\$ 600 bilhões. Mas só em ativos de imóvel residencial o valor gira em torno de R\$ 10 trilhões. Boa parte desse valor poderia ser usada com lastro em novos financiamentos. / A.F

LEILÃO SOMENTE ONLINE
08/04/2021, ÀS 15H

IMPERDÍVEL GALPÃO COMERCIAL EM BARUERI/SP




CONSTRUÇÃO ESTIMADA DE 657 m² EM TERRENO DE 1.000 m²; COMPOSTA POR GALPÃO/SALÃO, REFEITÓRIO, SANITÁRIOS/VESTIÁRIOS, RECEPÇÃO, SALA ADMINISTRATIVA, SALA COMERCIAL E SALA DA DIRETORIA. DESOCUPADO.

RUA POMPEIA, 49 - LT. 03, QD. F, CHÁCARAS MARCO, BAIRRO CRUZ PRETA.

LANÇE INICIAL: R\$ 1.000.000,00.



Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse o leilão agora.



Classificação oficial para as inscrições de venda e pagamento concluídas: Lei 11.188/2005 e regulamentações com Lei 1 do Parlamento de Barueri/SP, Lei Estadual nº 12527 de 2011, Lei do Estado de São Paulo, legislação em vigor.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Empresários procuram Lira e Pacheco **Impacto:** Neutro

B4 | **Economia** | QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Empresários procuram Lira e Pacheco

Banqueiros e empresários se reúnem com presidentes da Câmara e Senado para discutir como ampliar vacinação para combater covid

Aline Bronzati
Danielle Madureira
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Banqueiros e empresários se reuniram, em dois momentos, na segunda-feira, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Foram discutidas saídas para agilizar a compra de vacinas e insumos, no pior momento da pandemia no País. Em tom de cansaço e críticas, apresentaram três preocupações: vacina, falta de leitos, além de insumos e medicamentos para aqueles que estão internados, por conta da covid-19. Um dos empresários também pediu benefícios fiscais, em troca de gastos com iniciativas de combate à pandemia.

O primeiro encontro foi organizado pelo médico Cláudio Lottenberg, presidente do Conselho do Hospital Albert Einstein e do Icos (Instituto Coalizão Saúde). Mais tarde, um jantar ocorreu na casa de Washington Cinel, dono da empresa de segurança Gocil. Dentre os par-

ticipantes, estiveram os banqueiros Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, e André Esteves, sócio-fundador do BTG Pactual, os empresários Abílio Diniz, Flávio Rocha, da Riachuelo, e Carlos Sanchez, da fabricante de medicamentos EMS. Alguns, como Diniz e Rocha, participaram por vídeoconferência.

Conforme apurou o *Estadão/Broadcast*, o tema do debate foi exclusivamente a pandemia – em diferentes frentes na discussão. Uma das vertentes da elite empresarial do País começa a falar em uma “frente de solidariedade”, em uma nova ofensiva para ajudar o Brasil a atravessar a pior fase da pandemia. Outra quer atos mais práticos, como a mudança na regra para a compra de vacinas pela iniciativa privada e benefícios em impostos.

“Sem entendimento e pacificação, não vamos a lugar nenhum. A vacina é importante. Mas tem de esperar”, diz Trabuco, do Bradesco. De acordo com ele, o que é possível fazer agora é “trabalhar para ter leitos e in-



Passado. Lira e Pacheco, para quem, relata uma fonte, ‘fase negacionista já passou’

sumos hospitalares”. Nos encontros, médicos fizeram depoimentos preocupantes quanto à carência dos hospitais para receber as pessoas diagnosticadas com covid-19 e em situação mais grave.

“As reuniões são boas, teve ontem (*anteontem*), terá amanhã (*hoje*), no sentido de buscar diálogo para encontrar solu-

ções. As pessoas têm de entender que a crise de saúde já está explicitada, agora, trata-se de uma crise humanitária”, afirmou Trabuco.

Benefício fiscal. Já o presidente do conselho de administração do grupo Guararapes, dono da varejista de moda Riachuelo, Flávio Rocha, disse

que, entre as medidas discutidas com os chefes do Legislativo, estava uma contrapartida para a oferta de leitos para tratamento da covid-19. “As empresas poderiam doar leitos e abater parte do valor do Imposto de Renda”, afirma.

Lira e Pacheco prometeram aos empresários que o Congresso vai estudar medidas para agi-

lizar a importação de insumos e produtos farmacêuticos de forma geral, em meio à carência nos hospitais e a lotação dos leitos Brasil afora.

Pacheco disse, conforme um dos presentes, que a “fase de negacionismo” já passou. “Ser negacionista hoje é macabro e funebre”, afirmou o presidente do Senado, relatou a fonte.

Os encontros de banqueiros e empresários com Lira e Pacheco ocorrem um dia após um quórum parecido participar de um encontro virtual com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na conversa, que durou quase quatro horas, o “Posto Ipiranga”, como é chamado pelo presidente Bolsonaro, foi cobrado, principalmente, por vacinas.

Hoje, uma nova reunião para tratar da pandemia no País está agendada. Desta vez, o encontro será com os chefes dos Poderes. Entre os presentes, estão previstos o presidente Jair Bolsonaro, Pacheco, Lira, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), além de governadores. / COLABOROU: MATHEUS PIOVESANA.

Mercedes para fábricas no combate à pandemia

Cleide Silva

Mais uma montadora, a Mercedes-Benz, anunciou ontem que fechará as fábricas de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, e de Juiz de Fora (MG) por causa do agravamento da pandemia de covid-19. É a quarta em-

presa do setor a decidir pela medida desde a semana passada, a pedido principalmente dos sindicatos de trabalhadores. O grupo emprega 10 mil funcionários; desses, 7 mil ficarão em casa.

A paralisação começa na sexta-feira, com retorno em 5 de abril, após o feriado da Páscoa.

Depois, a empresa concederá férias coletivas para grupos alternados de funcionários da produção. “Assim, teremos um grupo menor mantendo os protocolos de distanciamento, mas continuaremos a atender a nossos clientes com nossos produtos e serviços”, informa.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cada grupo, com cerca de 1,2 mil trabalhadores, ficará fora da fábrica por 12 dias. O revezamento poderá se estender até o fim de maio.

Já tinham tomado decisão de

parar até o fim do feriado a Volkswagen (quatro fábricas), a Scania e a Volvo, com uma planta cada. A Mercedes informa que desde o início da pandemia tem se adaptado para atender aos protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo a empresa, a decisão foi tomada em alinhamento com o sindicato para contribuir com a redução de circulação de pessoas neste momento crítico no País, além de atender à antecipação de feriadões por parte das autoridades municipais.

Centrais pedem lockdown hoje em todo o País

As centrais sindicais convocaram um lockdown nacional para hoje diante do agravamento da pandemia do novo coronavírus. O Fórum das Centrais Sindicais, formado pelas seis maiores centrais do País – CUT, UGT, CTB, Força Sindical, CSB e NCST –, representa cer-

ca de 10 milhões de trabalhadores, quase 80% dos trabalhadores sindicalizados.

A organização do movimento programou uma live para as 11h de hoje, que será transmitida no Facebook das centrais sindicais. As entidades defendem ampliar a vacinação no País, lockdowns organizados e pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia. Falam também em medidas de proteção ao emprego e apoio às pequenas e médias empresas.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF – **Imagem:** 1/2
Título: 'Queridinhos' estão no topo da lista de investimentos **Impacto:** Neutro

B6 | **Economia** | QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

'Queridinhos' estão no topo da lista de investimentos

Relator do Orçamento, o bolsonarista Márcio Bittar, favoreceu em seu relatório os ministérios mais próximos do presidente Bolsonaro

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O Ministério da Defesa lidera o ranking dos ministérios contemplados com a maior parcela de investimentos no relatório do Orçamento de 2021, mas os ministros mais "queridinhos" e próximos ao presidente Jair Bolsonaro também foram beneficiados pela caneta do relator Márcio Bittar (MDB-AC).

Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Gilson Machado (Turismo), Damares Alves (Mulher Família e Di-

reitos Humanos) e André Mendonça (Justiça) conseguiram aumentar os recursos destinados para investimento em 2021.

Os ministérios da Defesa, Desenvolvimento Regional e Infraestrutura abocanharam juntos R\$ 22,1 bilhões em recursos para investimentos, mais da metade de R\$ 37,64 bilhões que o relator destinou no seu parecer, previsto para ser votado nesta semana, mas que encontra resistências por conta da pressão por mais emendas e cobrança por recursos para a área de saúde em meio ao agravamento da pandemia.

Rogério Marinho, apontado como principal articulador da busca de apoio político do presidente no Nordeste para a eleição de 2022, recebeu um incremento de R\$ 4,5 bilhões no Orçamento de investimentos em relação ao projeto de lei preparado pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, enviado em agosto do ano passado.

A dotação do Ministério de Desenvolvimento Regional subiu de R\$ 2,36 bilhões para R\$ 6,85 bilhões, puxada por uma bem-sucedida movimentação política do ministro, um político experiente do Rio Grande

Norte, para receber emendas dos parlamentares para obras. Ao lado de Bolsonaro, ele vem fazendo inaugurações desde o ano passado.

Marinho ficou com o terceiro maior montante de investimento, atrás da Defesa (R\$ 8,3 bilhões) e da Infraestrutura (R\$ 6,89 bilhões) do ministro Tarcísio. Um dos ministros mais elogiados por Bolsonaro e filhos nas redes sociais pelas "entregas" de obras, sobretudo, de rodovias, Tarcísio garantiu um aumento de R\$ 531,3 milhões de investimento em 2021, valor considerado positivo para um orçamento que já foi alto no projeto de lei.

Damares Alves conseguiu incrementar em cinco vezes o seu orçamento inicial, de apenas R\$ 20,27 milhões, que passou para R\$ 122,6 milhões.

O ministro do Turismo, frequentador das lives semanais do presidente, mais do que duplicou a previsão de investimentos, que saltou de R\$ 104,4 milhões para R\$ 309,656 milhões. O ministro Gilson Machado fez pressão corpo a corpo na reta final para conseguir mais apoio.

No final da semana passada, enquanto preparava o relatório final, o senador Márcio Bittar chegou a publicar no Twitter uma foto no seu gabinete com o

DEDA GAMPAIN/ESTADÃO/ESP/2021



Gilson Machado que lhe apresentou projetos para a retomada e fomento da área, bastante afetada pelos efeitos da pandemia. No tuite, Bittar, que é bolsonarista e está sempre próximo do presidente, disse que o turismo tem potencial de reação no Brasil e escreveu a #VamosJuntos.

Já o ministro André Mendonça conseguiu subir o seu Orçamento de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 1,86 bilhão, um incremento de quase R\$ 500 milhões.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que no projeto recebeu apenas R\$ 63,1 milhões

para investimentos, também conseguiu melhorar muito o Orçamento, que subiu para R\$ 827,7 milhões. Uma alta de R\$ 764,5 milhões.

Já o ministério de Ciência e Tecnologia, mesmo com a pandemia, ficou com pouco R\$ 266 milhões para investimentos. A área de saúde recebeu um incremento de R\$ 1,6 bilhão para investimentos, que saltou de R\$ 1,98 bilhão para R\$ 3,6 bilhões, mas influenciado pela regra que obriga os parlamentares a destinarem 50% das suas emendas para a área de saúde.

A planilha de investimentos,

* ANÁLISE: Felipe Salto

Orçamento sem lenço e sem documento

O Orçamento público de 2021 ainda não foi aprovado. Apesar de o texto apresentado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, no dia 21 de março, não indicar quais serão as novas receitas primárias projetadas (aquelas que não incluem juros), certamente, haverá reestimativa. O texto veiculado pela CMO limita-se a destacar que "observa a meta de déficit primário, estabelecida na LDO 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de R\$ 247,1 bilhões".

A evidência de que as receitas serão maiores está em outro documento oficial, o relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas, divulgado nesta semana pelo governo. Nele, a projeção para as receitas líquidas é de R\$ 1,345 trilhão, bastante superior à do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) enviado pelo Executivo, de R\$ 1,283 trilhão. A nova estimativa do governo supera em R\$ 12 bilhões a projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI), de R\$ 1,333 trilhão.

O relatório bimestral do governo projeta R\$ 1,571 trilhão para a despesa, superior ao R\$ 1,517 trilhão contido no Ploa inicial. Esse aumento explica-se pela incorporação de projeções mais altas para

os gastos previdenciários, de R\$ 704,4 bilhões para R\$ 712,9 bilhões, e de R\$ 39,5 bilhões em créditos extraordinários, inclusive recursos para compra de vacinas carregados do ano passado. Vale dizer, a projeção de despesas primárias do governo é R\$ 9,1 bilhões mais baixa que a da IFI, mas esta já contempla R\$ 34,2 bilhões a título da despesa com o novo auxílio emergencial nos seus cálculos.

Os dados do relatório bimestral estão numa direção similar à indicada pelos cenários da IFI. O que preocupa é a ausência dos números do Orçamento propriamente dito, no âmbito da CMO. Até o momento, não há clareza sobre as receitas estimadas e as despesas fixadas dentro da

conhecida lógica do resultado primário.

A transparência das contas públicas, sobretudo neste momento de incerteza e de evolução preocupante do quadro pandêmico, é fundamental. Já se sabe que o auxílio emergencial, ao menos até o limite fixado pela Emenda Constitucional 109, será feito por fora das regras fiscais. Mas se novas rodadas forem necessárias? Haverá espaço orçamentário? Algum esforço de contenção de gastos, afinal, terá sido aprovado? Sem lenço e sem documento, segue o processo orçamentário de 2021.

* DIRETOR EXECUTIVO DA IFI E PROFESSOR DO IOP

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF – **Imagem:** 2/2
Título: 'Queridinhos' estão no topo da lista de investimentos



Poder da caneta. Bittar disse que turismo tem potencial de reação

computada pela consultoria de Orçamento da Câmara, mostra que Bittar conseguiu elevar de R\$ 25,8 bilhões para R\$ 37,6 bilhões a dotação para esse tipo de gasto, que é sempre o primeiro alvo dos bloqueios feitos pela equipe econômica para cumprir a meta fiscal.

Na veia. Chama a atenção nos dados o aumento de R\$ 107 milhões para R\$ 1,95 bilhão para transferências diretas de recursos para Estados e municípios sem que haja a definição dos projetos. É dinheiro na veia de caixas estaduais e municipais proporcionado graças à aprovação em 2019 de uma emenda constitucional. Ao invés de mandar dinheiro via convênio, o parlamentar pode destinar recursos da suas emendas individuais direto para o cofre municipal.

A transferência normal das emendas individual é via convênio, mas os parlamentares reclamavam que a Caixa cobrava comissão pelo serviço. Esse tipo de transferência tem que ir para investimento e não pode ser usada para pagar servidores.

Para o consultor de orçamento da Câmara, Ricardo Volpe, o orçamento está apertado e sofre também a pressão dos créditos extraordinários de 2020 feitos para o enfrentamento da covid e que ficaram para serem pagos este ano.

QUEM GANHA E QUEM PERDE NO ORÇAMENTO

• Quais órgãos aumentaram e quais diminuíram sua fatia no Orçamento

EM BILHÕES DE REAIS

ÓRGÃO	PROJETO ENVIADO PELO GOVERNO	RELATÓRIO DO CONGRESSO	DIFERENÇA
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	107,000	1.959,129	1.731%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	63,190	827,707	1.210%
Ministério do Meio Ambiente	36,099	270,591	650%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	20,276	122,645	505%
Ministério da Cidadania	121,875	503,797	313%
Ministério do Turismo	104,467	309,656	196%
Ministério do Desenvolvimento Regional	2.361,748	6.857,878	190%
Ministério da Saúde	1.985,899	3.611,415	82%
Ministério da Educação	2.150,292	3.069,650	43%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.400,444	1.869,361	33%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	220,373	266,190	21%
Ministério da Infraestrutura	6.357,890	6.899,000	9%
Ministério da Defesa	8.174,348	8.322,338	2%
Advocacia-Geral da União	33,180	33,180	-
Câmara dos Deputados	180,455	180,455	-
Conselho Nacional de Justiça	3,400	3,400	-
Conselho Nacional do Ministério Público	1,007	1,007	-
Defensoria Pública da União	2,468	2,468	-
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	24,300	24,300	-
Justiça do Trabalho	113,706	113,706	-
Justiça Eleitoral	1.169,246	1.169,246	-
Justiça Federal	144,713	144,713	-
Justiça Militar da União	7,950	7,950	-
Ministério de Minas e Energia	87,361	87,895	-
Ministério Público da União	133,297	133,297	-
Senado Federal	45,061	45,061	-
Superior Tribunal de Justiça	40,430	40,430	-
Supremo Tribunal Federal	0,192	0,192	-
Tribunal de Contas da União	63,038	63,038	-
Ministério das Comunicações	124,399	122,723	-1%
Controladoria-Geral da União	10,704	10,161	-5%
Ministério da Economia	463,033	440,386	-5%
Ministério das Relações Exteriores	59,976	56,921	-5%
Presidência da República	61,095	76,761	-5%
Gabinete da Vice-presidência da República	0,700	0,658	-6%
Total	25.893,430	37.647,127	45%

FONTE: CONSULTORIA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA

INFORMAÇÃO: ESTADÃO

Preocupado com a inflação, BC avisa que vai repetir alta de juros

Célia Fraufe
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O Banco Central explicou ontem porque se prepara para repetir a dose de alta de 0,75 ponto porcentual na taxa de juros básico em maio, a mesma magnitude vista na semana passada e que surpreendeu boa parte dos analistas de mercado: está claramente preocupado com o comportamento dos preços – mais do que com o ritmo da atividade. Teme perder sua meta de inflação deste ano (de 3,75%) e acabar por desancorar as expectativas para 2022, que ainda estão em linha com o alvo perseguido pela instituição.

A autoridade monetária manteve estimativas apresentadas no comunicado que se seguiu à decisão da semana passada para o IPCA deste ano (5%) e do próximo (3,50%), mas as previsões para os preços administrados, que só aumentam com a autorização do governo – como energia elétrica, por exemplo – dispararam de 5,1% para 9,5% para este ano e subiram de 3,0% para 4,4% para 2022. O impacto produzido por um novo aumento de 0,75 ponto deixará o Brasil menos vulnerável a esse cenário, na percepção do BC. Com isso, a taxa que passou de 2,00% para 2,75% ao ano, deve chegar a 3,50% no início de maio.

Alerta. Mais uma vez, o colegiado manteve o alerta sobre a trajetória fiscal do País, apesar de elogiar os esforços para a aprovação da PEC emergencial, que autorizou uma nova rodada de auxílio com contrapartidas fiscais, neste mês. Além da preocupação com a inflação interna, o BC salientou que países emergentes, como o Brasil, poderão passar por um período “desafia-

dor” por causa de uma possível reprecificação dos preços dos ativos internacionais. A cúpula do BC citou também os impactos da redefinição internacional, que é uma alta dos preços típica de momentos que se seguem a recessões e que têm base no aumento da demanda.

Embora um ciclo mais pesado de alta dos juros possa comprometer o desempenho da atividade econômica, o Copom projeta que um novo tobo na economia causado pelo recrudescimento da pandemia será menos profundo do que o visto no ano passado, quando o PIB encolheu 4,1%. Na realidade, o BC aposta em uma recuperação forte ao longo do segundo semestre de 2021 também tendo em mente que a vacinação dos brasileiros será abrangente.

“Contudo, os últimos dados disponíveis ainda não contemplam os possíveis efeitos do recente e agudo aumento no número de casos de covid-19, e assim há bastante incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia no primeiro e segundo trimestres deste ano”, ponderaram.

Para o diretor do ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, o BC claramente quis transmitir uma mensagem ainda mais dura na ata do que no comunicado da semana passada. Em especial, ele destacou a observação feita pelo Copom para as mudanças no cenário externo. Já o economista e sócio da SP CAP Fabio Suster enfatizou a preocupação do BC sobre a redefinição e seu impacto sobre as commodities. No Brasil, salientou, este aumento se traduz de forma mais simbólica e enfática nos preços dos combustíveis. COLABORARAM THAIS BARCELOS E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Loft recebe aporte de US\$ 425 milhões e mira ampliação de oferta de imóveis **Impacto:** Neutro

B8 | **Economia** | QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021

ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Meio ambiente
Governo aposta em patrocínio privado para revitalizar rios. Pág. B10

Gigante. Startup de compra e venda de imóveis levanta maior rodada do ecossistema brasileiro em 2021 e cifra ainda pode crescer; investimento, que teve a participação do bilionário George Soros, deve ser usado para ampliação de portfólio e expansão de mercados

Loft recebe aporte de US\$ 425 milhões e mira ampliação de oferta de imóveis

Bruno Romani
Guilherme Guerra

A startup de compra, reforma e venda de imóveis Loft anunciou ontem que recebeu um aporte de US\$ 425 milhões, o maior de sua história. A quarta rodada de aportes na startup foi liderada pelo fundo americano D1 Capital, que já investiu em empresas como SpaceX e Robihood, e teve participação do bilionário George Soros.

O D1 e o Soros Fund Management puxam uma longa fila de investidores que irão aportar na Loft pela primeira vez: Advent International, Altimeter Capital, CPPIB, DST Global, GIC, Silver Lake, Tarsadia Capital e Tiger Global – muitos deles estão investindo no Brasil pela primeira vez. Porém, outros nomes que já participaram de rodadas anteriores voltaram a assinar cheques. Andreessen Horowitz, Caffeinated Capital, Fifth Wall Ventures, Monashees, QED Investors, Vulcan Capital e Zigg Capital participaram – a maioria desses nomes investiu pela primeira vez na Loft em janeiro de 2020, quando a companhia se tornou o 11.º unicórnio brasileiro. O aporte também é o

mais alto de uma startup brasileira em 2021, superando os US\$ 400 milhões levantados pelo Nubank em janeiro.

O Estadão apurou que a cifra pode ainda crescer nos próximos dias – fala-se no mercado que outros US\$ 100 milhões podem ser investidos na empresa.

Fundada em agosto de 2018, a Loft levanta os dados de transações imobiliárias e usa inteligência artificial para oferecer propostas de compra para apartamentos usados em vizinhanças específicas. Nos últimos meses, a empresa investiu na digitalização de todo o processo que envolve a compra e a venda do apartamento, desde a visita ao imóvel até a assinatura da escritura. Segundo a companhia, 97% dos contratos assinados na plataforma já são feitos por meio digital. A ideia é que parte do dinheiro seja investido nas ferramentas de digitalização.

A outra parte será investida no aumento do portfólio da empresa, principalmente nas áreas em que já atua. Atualmente, a companhia atua em 116 bairros em São Paulo e 14 no Rio de Janeiro e conta com 13 mil imóveis. “Quem procura um apartamento num determinado bairro de uma cidade geralmente considera cerca de 20 imóveis



Expansão. Florian Hagenbuch e Mate Penez, fundadores da Loft: de olho em novas cidades

● Presença

116

é o número de bairros onde a Loft está presente em São Paulo – no Rio de Janeiro o número é 14; meta é ampliar territórios

com as mesmas características dentro da mesma área onde pretende morar”, diz em nota Mate Penez, fundador da Loft.

É nesse segmento que a maior parte do dinheiro deve ser direcionada. “O aporte é enorme, mas faz sentido. A Loft passa a ter mais capital de giro

para comprar, vender e reformar imóveis. O setor imobiliário é muito intensivo em capital, exige recursos”, diz Felipe Matos, colunista do Estadão e autor do livro *10 Mil Startups*. A empresa quer chegar a 30 mil clientes até o final do ano, considerando São Paulo e Rio de Ja-

neiro – atualmente esse número está na casa dos 6 mil. Anteriormente a Loft havia levantado mais de US\$ 275 milhões em rodadas de investimento, além de mais de R\$ 500 milhões por meio de fundos imobiliários.

A empresa pretende também finalmente executar o plano de expansão para outras capitais do Brasil. Antes da pandemia, a Loft mirava Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Brasília, mas teve que recuar diante das incertezas do cenário.

Gilberto Sarfati, professor da Fundação Getúlio Vargas, considera uma boa estratégia concentrar a expansão da Loft nas cidades onde já atua. Isso porque, dado o potencial de investimento imobiliário das capitais paulista e fluminense, ainda há muito a ser explorado e o custo de oportunidade de outras cidades ainda não é tão atrativo.

Ao Estadão, Penez diz que deve investir para ofertar mais crédito imobiliário. Desde janeiro de 2020, a empresa oferece ferramentas de financiamento, movimentando R\$ 2 bilhões em crédito imobiliário. Mas o reforço no setor é claro. Em setembro do ano passado, a empresa comprou a Invest Mais, que aproxima clientes de opções de financiamento imobiliário.

Veículo: Estadão – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Track & Field faz expansão para cidades menores **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021 | Economia | B11

Track & Field faz expansão para cidades menores

Rede quer atender classe média que se mudou para o interior em função da pandemia

Márcia De Chiara

A Track & Field, varejista de moda esportiva, pretende manter neste ano o ritmo de aberturas de lojas de 2020, quando foram inaugurados 35 pontos de venda, a maior marca em cinco anos. O foco serão cidades de pequeno e médio portes e pontos de vendas na rua. Essas lojas mais pulverizadas pelo País vão apoiar a estratégia de digitalização da varejista que também planeja um novo centro de distribuição (CD) na capital paulista. Maior e mais tecnológico, o novo CD e as lojas darão agilidade às entregas das vendas online, que mais que triplicaram em 2020.

A intenção da companhia, que abriu o capital na Bolsa em outubro e passou por uma profunda digitalização nos últimos meses, é estar cada vez mais próxima do novo consumidor que nasceu com a pandemia - brasileiros de classe média que migraram para cidades do interior e litoral e adotaram um estilo de vida mais saudável.

Segundo Fred Wagner, sócio-fundador da empresa e

membro do Conselho de Administração, houve uma mudança drástica na guarda roupa do brasileiro que, trabalhando em casa, passou a usar roupas mais confortáveis. "Nós conseguimos nos posicionar nesse share of closet (parte do armário)."

Para isso, a empresa ampliou, por exemplo, a grade de tamanhos para GG e PP, a fim de conquistar pessoas que nunca tinham usado roupa esportiva. "Conseguimos capturar isso de forma importante", diz.

O resultado apareceu no último trimestre de 2020, quando a rede mais que dobrou o lucro líquido ajustado, de R\$ 10,3 milhões em outubro de 2019 para R\$ 22 milhões no mesmo período de 2020. No ano inteiro de 2020, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 29 milhões, uma cifra 20,2% menor do que em 2019. A maior fatia do resultado foi atingida no último trimestre de 2020, quando 98% das lojas estavam abertas.

Fernando Tracanela, diretor financeiro, ressalta que, apesar das adversidades de 2020, até o terceiro trimestre a empresa acumulou lucro líquido ajustado de R\$ 7 milhões. "Não ficamos no prejuízo e com a reuber-



Pandemia. Segundo a empresa, houve uma mudança na guarda roupa do brasileiro, que adotou roupas mais confortáveis

tura conseguimos um resultado operacional que cresceu mais de 30% no 4º trimestre."

Tracanela argumenta que a comparação mais adequada é olhar o lucro líquido ajustado, que exclui da base um grande crédito tributário que inflou o resultado no 4º trimestre de 2019. Sem o ajuste, o lucro líquido em 2020 foi de R\$ 25,8 milhões, 50% menor ante 2019.

No último trimestre de 2020, a receita líquida de vendas atingiu R\$ 121,4 milhões, com crescimento de 34,4% ante 2019. No ano inteiro de 2020, as vendas somaram R\$ 267,3 milhões, com recuo de 3,2%.

● Efeito pandemia

"Nós conseguimos nos posicionar nesse share of closet (parte do armário)"

Fred Wagner

SÓCIO-FUNDADOR DA TRACK & FIELD
E MEMBRO DO CONSELHO DA EMPRESA

"Cair só 3,2% é um resultado muito positivo", afirma o consultor de varejo da Mixxer Desenvolvimento Empresarial, Eugênio Foganholo. Ele lembra que o varejo de vestuário foi um dos mais castigados pela pandemia. O volume de vendas de vestuário, tecidos e calçados no ano passado como um todo recuou 12,9%, segundo o IBGE.

E-commerce. Um dos pilares da companhia, que ganhou força em 2020 e que deve continuar este ano, é a grande capilaridade. Presente em mais de

100 cidades com 260 lojas, a varejista fincou bandeira em 20 novos municípios em 2020, a maioria de pequeno e médio portes. "Temos visto um grande interesse de franqueados em abrir lojas este ano em cidades menores. Estamos com pipeline bem aquecido, apesar das dificuldades", diz Tracanela.

A companhia ingressou no e-commerce em 2009, mas o grande salto aconteceu em 2020. No 4º trimestre, a venda online respondeu por 8% do faturamento, uma fatia bem maior do que no início do ano. As vendas influenciadas digitalmente, que incluem as transações por meio de redes sociais, como mensagens de texto, WhatsApp e e-mail, por exemplo, responderam por 38% dos negócios no 4º trimestre de 2020, ante 8% em no mesmo período de 2019.

Wagner acredita que a tendência digital veio para ficar e diz que a companhia está cada vez mais atendida com os negó-

cios online, implementando a omnicanalidade (presença em vários canais, sejam eles online ou físicos). Uma das ferramentas de engajamento do cliente são eventos virtuais, como corridas promovidas pela rede. Além disso, no 3º trimestre será inaugurada uma loja de experiência no Shopping Iguatemi (SP) para fisgar o consumidor que quer uma vida saudável.

Ajuda. "O estilo de vida quarentena/pandemia ajudou a Track & Field, ao contrário do que vem ocorrendo com as lojas de calçados e maquiagem", afirma o presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, Eduardo Terra. Ele lembra que o Grupo Soma, dono da Farm e da Animale, que abriu o capital em 2020, é outro que foi beneficiado pelo estilo de vida despojado. Terra frisa que a fórmula do sucesso do varejo hoje é combinar marca e produto com venda digital consistente.



Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar **Impacto:** Neutro

Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar

Projeto gera questionamentos por ter contas subestimadas, o que reduz artificialmente os gastos e forçará governo a cortar verbas

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

BRASÍLIA A Comissão Mista de Orçamento do Congresso marcou para esta quarta-feira (24) a votação do relatório do Orçamento de 2021. Inicialmente, o cronograma do colegiado previa para esta terça-feira (23) a votação do texto, que, entre outros pontos, libera aumento de remuneração para militares, enquanto servidores civis estão com salários congelados.

O relatório foi alvo de questionamentos por trazer parâmetros econômicos defasados, o que reduziu artificialmente os gastos do governo. Se o Orçamento for aprovado nesse formato, técnicos afirmam que o governo será obrigado a fazer cortes em verbas de ministérios.

A votação foi remarçada para esta quarta-feira para respeitar o prazo de dois dias para que o relatório final pudesse ser apreciado pelos membros da comissão —o parecer foi apresentado no fim da noite de domingo (21).

Nesta terça, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a expectativa é que o Congresso comece a votar o Orçamento nesta quinta (25).

Na CMO, a votação deve levar dois dias. Na quinta, o texto seria levado ao plenário do Congresso, para que o Orçamento seja finalizado nesta semana ainda.

Em relação à remuneração dos militares, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), manteve em seu parecer a previsão de reajustes. Os aumentos são parte de um acordo feito pelo governo para aprovar em 2019 uma espécie de reforma da Previdência das Forças Armadas.

Os aumentos serão concedidos de forma parcelada até 2023. Só neste ano, enquanto o governo lida com um Orçamento apertado e restringe gastos para a mitigação da pandemia da Covid-19, o custo dos reajustes dos militares é estimado em R\$ 7,1 bilhões.

Em 2020, ao liberar um pacote de socorro a estados e municípios, o governo nego-

ciou com o Congresso a aprovação de um congelamento salarial de servidores. A medida, que tem validade até dezembro, não alcança os militares.

O consultor de Orçamentos do Senado Vinicius Amaral questiona o benefício aos militares e afirma que o governo não dá oportunidade para que o Congresso avalie a necessidade do gasto. Segundo ele, o reajuste não aparece no anexo da proposta destinado a destacar custos dos aumentos salariais de servidores.

“Essa conta já veio lançada [pelo governo] nas despesas obrigatórias, ela não vem sequer como uma despesa a ser avaliada pelo Congresso, para decidir se ela será ou não implementada. No meu entendimento, isso contraria a Constituição”, afirmou.

Mantido o teor do relatório, os militares também devem ficar com parcela relevante dos investimentos do governo em 2021. Cerca de R\$ 8,3 bilhões foram reservados para o Ministério da Defesa com essa finalidade. O montante equivale a 22% dos R\$ 37,6 bilhões previstos para investimentos em todo o governo.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), membro da CMO, critica a decisão de dedicar verba ao aumento de militares no parecer de Bittar.

“A proposta orçamentária está muito aquém das necessidades do país nas áreas sociais”, afirmou. “Além disso, chama-nos a atenção que o governo proponha a possibilidade de reajuste do salário dos membros das Forças Armadas no momento em que todo o restante do funcionalismo está com os salários congelados, inclusive da base das polícias. Mais uma vez prioriza o Ministério da Defesa em detrimento das demais áreas.”

O deputado Vinicius Poit (SP), líder do Novo na Câmara, diz que não é possível reverter o aumento aos militares. “O que poderia e deveria ser feito é mudar a lei que concede esse aumento”, afirma.

“Estamos vivendo, agora, a consequência da escolha do governo de privilegiar essa categoria. Em plena pande-



Em plena pandemia, com milhões de pessoas perdendo emprego e renda, vendo seus salários congelados, os militares permanecem no paraíso do privilégio de aumento salarial. Enquanto isso, o resto da sociedade amarga a pior crise vivida pelo país nos últimos anos

Vinicius Poit (SP)
líder do Novo na Câmara

mia, com milhões de pessoas perdendo emprego e renda, vendo seus salários congelados, os militares permanecem no paraíso do privilégio de aumento salarial. Enquanto isso, o resto da sociedade amarga a pior crise vivida pelo país nos últimos anos.”

Para a elaboração do relatório, Bittar deixou uma defasagem nas contas. De acordo com o consultor de Orçamento da Câmara Ricardo Volpe, parte da responsabilidade pelo problema é do governo, que deveria ter enviado uma mensagem atualizando os parâmetros para a proposta.

“Caberia mais o Executivo ter buscado resolver um problema desse tamanho por uma mensagem modificativa do que o Congresso resolver. Os ajustes que o Congresso porventura fizesse reduzindo despesas, além do desgaste político, poderiam não atender à real necessidade do governo e atrasar mais a aprovação do Orçamento”, disse.

Segundo ele, os parâmetros econômicos foram atualizados na parte das receitas, elevando a projeção de arrecadação para o ano. Por outro lado, o relator optou por apresentar o texto sem fazer a atualização para as despesas. Isso fez com que o gasto do governo ficasse subestimado, sem incorporar o efeito do aumento do salário mínimo em benefícios previdenciários, abono salarial e programas assistenciais.

Na prática, quando o Congresso aprovar o Orçamento, o governo será forçado a reavaliar as contas e fazer cortes de gastos em ministérios.

Para o consultor, o governo terá que fazer um contingenciamento a curto prazo. Depois precisará encontrar medidas para abrir espaço no teto de gastos, regra que limita as despesas do governo à variação da inflação.

Uma das medidas já estudadas é transferir aos empregadores a responsabilidade pelo pagamento do auxílio-doença, hoje bancado pelo INSS. No entanto, a medida depende de aval do Congresso e sofre com resistência política.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF

Título: Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021 **Impacto:** Neutro

Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021

Bernardo Caram

BRASÍLIA Na primeira avaliação formal de gastos públicos feita neste ano, o Ministério da Economia concluiu que as contas de 2021 estão estourando o limite do teto de gastos em cerca de R\$ 17,6 bilhões.

As despesas até fevereiro e a projeção do valor previsto até o encerramento do ano indicam que o governo precisará cortar gastos para não desprezar a regra fiscal.

O teto de gastos limita o crescimento de despesas públicas à variação da inflação, com algumas exceções. A regra foi criada em 2016 com o objetivo de travar a trajetória de alta das despesas públicas.

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado pelo Congresso, a análise da pasta compara as projeções atuais com os valores previstos pelo Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual), enviado ao Legislativo em agosto de 2020.

O texto do Ploa trazia mar-

gem zero em relação ao teto. Isso significa que qualquer ampliação nas previsões de gastos sujeitos a essa norma levaria a um desenquadramento.

De acordo com um integrante da pasta, a pressão sobre o teto foi influenciada, principalmente, pelo reajuste do salário mínimo e a variação do INPC, que impactam custos do governo com benefícios.

Agora, no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o Ministério da Economia estima que haverá R\$ 8,5 bilhões a mais de gastos com a conta da Previdência.

Um descompasso nas regras fiscais ampliou a pressão. Isso porque o ajuste no limite do teto em 2021 levou em conta a inflação apurada até junho do ano passado, que ficou em nível baixo. O salário mínimo e benefícios previdenciários, por sua vez, foram ajustados com base em um índice de preços apurado em dezembro, quando a inflação já havia acelerado. Isso fará os gas-

R\$ 247,1 bilhões

é a meta de déficit primário em 2021

tos crescerem mais que o teto.

Para se adequar à norma, o governo não precisa cortar despesas já. O ajuste pode ser feito ao longo do ano.

Se os limites estão estourados em relação ao teto, a avaliação da pasta mostra que a meta fiscal ganhou uma folga.

A meta fiscal é o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

Esse compromisso para 2021 foi estipulado em um déficit de R\$ 247,1 bilhões. Ao recalcular as projeções, o ministério agora estima que foi aberta uma margem de R\$ 20,9 bilhões em relação à meta.

A abertura se deve a uma reestimativa das receitas líquidas, que devem ficar R\$ 61,8 bilhões acima do previsto. As despesas, por sua vez, devem crescer em menor intensidade, em R\$ 54,5 bilhões.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Para equipe econômica, carta soa como aceno a Guedes **Impacto:** Neutro

Para equipe econômica, carta soa como aceno a Guedes

Para assessores, documento corrobora ideias do ministro e critica Bolsonaro

Bernardo Caram

BRASÍLIA A carta assinada por mais de 1.500 economistas, banqueiros e empresários com pedido de medidas mais eficazes para o combate à pandemia do novo coronavírus foi lida por membros do Ministério da Economia como um aceno à pasta e uma crítica ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Interlocutores do ministro Paulo Guedes (Economia) afirmam que o documento é ponderado, tem bom senso e reforça posições que a equipe econômica vem defendendo ou tentando adotar. Ao mesmo tempo, a avaliação é que o texto endereça críticas ao Palácio do Planalto ao falar em negacionismo.

Na carta, o grupo diz que a saída definitiva da crise é a vacinação em massa da população e ressalta que o país está atrasado no plano de imunização, com apenas 5% dos brasileiros tendo recebido a primeira dose.

Na semana passada, em declaração que vai na mesma linha, Guedes pediu velocidade à vacinação e indicou não estar satisfeito com o ritmo do programa de imunização. “Cinco por cento da população já foi vacinada, é muito pouco ainda, temos que me-

lhorar muito, trabalhar muito”, disse o ministro.

Em discursos, Guedes vem repetindo que a vacinação em massa é o caminho para a retomada da Economia. A pasta também produziu estudos na mesma direção.

Esse comportamento mais recente difere da avaliação feita pelo ministro e auxiliares próximos no início da pandemia. Em março do ano passado, por exemplo, Guedes afirmou que, no pior cenário possível da crise de coronavírus no Brasil, o PIB cresceria 1% no ano — a economia encolheu 4,1% no período.

Na época, Guedes disse ainda que, se a população mantivesse seus hábitos, o efeito do coronavírus sobre a economia seria muito menor, apesar de as chances da contaminação serem maiores.

“Se nós continuarmos com as nossas formas de vida, a economia resiste um pouco mais — porque nós vamos continuar saindo, almoçando, indo a jogo de futebol — e a contaminação aumenta. Se nós, por outro lado, mudamos nosso comportamento, a contaminação desce, mas a economia afunda”, afirmou.

O ministro também afirmou que, com R\$ 5 bilhões, o vírus seria aniquilado — o país gastou mais de R\$ 600 bilhões em

gastos emergenciais.

Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, disse no fim de fevereiro que achava improvável haver restrições de circulação no território nacional.

A aposta era que o vírus não se espalharia no país em razão do clima. “Acho que não [haverá restrição de circulação]. Pelo que li, acho que o impacto no Brasil dificilmente vai ser por contaminação interna”, disse, em 27 de fevereiro.

“Vai ser muito difícil imaginar que o Brasil vai sofrer uma grande crise porque uma parcela expressiva da população neste verão pegou isso. Acho pouco provável”, afirmou o secretário na época.

Já na semana passada, nota técnica divulgada pela Secretaria de Política Econômica da pasta diz que somente o programa de imunização será capaz de resolver definitivamente a crise econômica.

“As próprias fontes da crise têm em sua origem a própria doença, de forma que só serão sanadas de forma definitiva com a vacinação em massa da população, em especial a dos mais vulneráveis”, afirma o texto da secretaria.

Bolsonaro, por outro lado, colocou em dúvida a eficácia das vacinas e em diversas oca-

sões. O presidente também fazia defesa do uso de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento de pacientes com Covid-19.

Sob sua gestão, o governo demorou a fechar acordos de compra de vacinas e chegou a rejeitar propostas de farmacêuticas para a entrega de imunizantes em 2020. Recentemente, diante de forte pressão política e perda de popularidade, o presidente mudou a estratégia e o governo passou a apresentar a vacinação como plano prioritário.

A carta do grupo de economistas afirma que, “apesar do negacionismo de alguns poucos”, praticamente todos os líderes políticos do mundo tomaram frente no combate à pandemia. O documento ressalta que as lideranças fazem a diferença para o bem e para o mal.

“O desdenho à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre”, diz a carta.

Bolsonaro avalia Pazuello no PPI, programa que dá suporte a privatizações

Ricardo Della Coletta e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro avalia indicar Eduardo Pazuello para chefiar o PPI (Programa de Parcerias e Investimentos), órgão responsável por supervisionar os processos de privatizações do governo federal. Com isso, Bolsonaro quer dar uma saída honrosa a Pazuello — criticado e investigado pela atuação no Ministério da Saúde durante a pandemia.

A definição de um lugar para acomodar Pazuello era um dos obstáculos para a posse do novo ministro da Saúde, o médico Marcelo Queiroga. Ele foi anunciado por Bolsonaro na semana passada e só tomou posse nesta terça-feira (23), um atraso que foi publicamente cobrado por líderes do centrão.

Em entrevista à coluna Pánel, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), afirmou que a demora na efetivação da troca foi “um erro do governo”. “Deveria ter tomado posse na semana passada, espero que isso se resolva amanhã (23)”, declarou.

O PPI hoje está sob o guarda-chuva do ministro Paulo Guedes (Economia). Aida de Pazuello para o PPI (que não havia sido publicada no Diário Oficial da União até a conclusão deste texto) deve coincidir com a transferência do programa de pri-

vatizações para a Secretaria-Geral, do ministro Onyx Lorenzoni (DEM) — numa nova derrota para Guedes. Onyx já teve o programa sob sua supervisão quando ele esteve vinculado à Casa Civil.

O programa, criado em 2016, no governo Michel Temer (MDB), dá suporte aos processos de privatização e concessão com a contratação de estudos, atua na interlocução dos projetos no TCU (Tribunal de Contas da União) e funciona ainda como vitrine de realizações.

A posse de Queiroga também foi protelada para que o médico pudesse deixar oficialmente a posição de sócio-administrador de uma clínica.

Diante das críticas do centrão, grupo parlamentar que hoje dá sustentação ao presidente, Bolsonaro foi aconselhado a realizar a posse o quanto antes.

A demora na posse de Queiroga levou ainda líderes do bloco do centrão a retomar, desde o final de semana, pressão para emplacar um outro nome na pasta.

De acordo com relatos feitos à *Folha*, integrantes do grupo partidário chegaram a sugerir a ministros palacianos que repensassem as indicações dos deputados federais Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP-RJ), o “Doutor Luizinho”, e Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** DF
Título: Governo avalia tirar do teto de gastos programa de emprego **Impacto:** Neutro



O ministro da Economia, Paulo Guedes, que defendia usar recursos do FAT para financiar programa
Ueslei Marcelino - 8.mar.21/Reuters

Governo avalia tirar do teto de gastos programa de emprego

Suspensão e corte de jornada podem ser financiados com crédito extraordinário

Fábio Pupo e
Bernardo Caram

BRASÍLIA O Ministério da Economia teve que repensar o novo programa de manutenção de empregos, que permite corte de salário e jornada ou suspensão de contrato. A medida, que seria financiada com uma redução da assistência aos demitidos, agora pode ficar sem compensação e ser criada por créditos extraordinários — que ficam fora do teto de gastos.

Bancar o programa com créditos extraordinários não reúne consenso no Ministério da Economia. Parte dos membros ouvidos pela *Folha* diz que a situação da pandemia atende os requisitos de imprevisibilidade e urgência, mas outra ala diz que a iniciativa contraria o espírito do teto de gastos.

Os créditos extraordinários são permitidos pela Constituição para pagamento de despesas urgentes e imprevisíveis. O instrumento foi usado nas medidas anticrise de 2020, quando as regras fiscais haviam sido suspensas para combater a pandemia e seus efeitos — o que não é o caso agora.

Entre os técnicos favoráveis, é dito que o crédito poderia ser acionado antes mes-

mo da eventual decretação do estado de calamidade pública.

A argumentação usada é que o governo já liberou créditos extraordinários neste ano por outras razões, como para o Ministério da Saúde (que pediu os recursos dizendo que o estado da pandemia em 2021 não era certo no ano passado, quando foi elaborado o Orçamento, tendo em vista a redução no número de mortes no segundo semestre 2020 e a “perspectiva de imunização”).

O tema ainda deve passar por mais discussões, e uma decisão só deve ser anunciada após o Congresso aprovar o Orçamento de 2021 (o que está previsto para esta semana).

De qualquer forma, o desenho original do ministro Paulo Guedes (Economia) para bancar o programa, com uso de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e da reformulação do seguro-desemprego, foi para a gaveta.

A ideia era cortar recursos pagos hoje no seguro-desemprego e direcionar o dinheiro para o programa e manter os trabalhadores na empresa. Guedes estudava o tema desde antes do Carnaval e dava sinais de estar prestes a lançar a medida, chamada por ele de seguro-emprego.

“Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1.000, vamos evitar a demissão pagando R\$ 500 antes. Em vez de uma cobertura de quatro meses, como é o seguro-desemprego, vamos fazer uma cobertura de 11, 12 meses, pela metade do custo”, disse no dia 11.

O objetivo era compensar a criação do novo programa e poupar recursos públicos. O valor do seguro-desemprego seria reduzido por meio de um escalonamento decrescente de 10% nos valores. Caso o trabalhador recebesse R\$ 1.911,84 na primeira parcela, por exemplo, receberia R\$ 1.720,65 na segunda, R\$ 1.548,58 na terceira e assim por diante.

Conforme mostrou a *Folha*, o ministério chegou a estudar a equiparação do salário-desemprego de domésticos aos demais trabalhadores, o que poderia reduzir a rejeição a outras medidas em estudo.

Hoje, o empregado doméstico demitido tem direito a três parcelas do salário mínimo (R\$ 1.100). Já os demais podem receber entre três e cinco parcelas (dependendo do tempo no trabalho), com valores que variam de R\$ 1.100 a R\$ 1.911,84 (conforme o salário).

O secretário especial de Pre-

vidência e Trabalho, Bruno Bianco, foi perguntado na semana passada (dia 16) se as mudanças no seguro-desemprego iriam compensar todos os custos do novo programa.

“Estamos estudando, tudo isso depende de um crivo bastante apurado. Mas rapidamente teremos as respostas”, afirmou durante entrevista sobre os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Mas a reformulação não foi adiante pelas resistências do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), e agora o programa deve ter os mesmos termos do lançado em 2020. A diferença é que teria duração menor, de dois meses, com possibilidade de prorrogação por mais dois meses.

Até as últimas semanas, as estimativas do Ministério da Economia eram que o programa deveria demandar entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões e durar quatro meses.

O programa de 2020 custou R\$ 33,5 bilhões e não precisou de compensações por ter sido criado quando as regras fiscais haviam sido suspensas.

Pelas projeções do Ministério da Economia, entre 2,7 milhões e 3 milhões de trabalhadores seriam incluídos no programa.

Veículo: Folha de São Paulo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** RJ
Título: Piora da pandemia derruba confiança de consumidor e empresário, diz FGV **Impacto:** Neutro

A16 QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2021

FOLHA DE SÃO PAULO ***

mercado

Piora da pandemia derruba confiança de consumidor e empresário, diz FGV

Indicadores, que vinham em recuperação, caem ao menor nível da série histórica, iniciada em 2005

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A piora da pandemia derrubou em março a confiança de consumidores e empresários brasileiros. A percepção sobre a situação econômica atingiu o pior nível da série histórica de pesquisa do FGV Ibre, iniciada em 2005.

Os indicadores de confiança costumam antecipar decisões de compra ou de investimento e contratações. Eles vinham se recuperando após o tombo nos primeiros meses da pandemia, mas voltaram a cair com a disparada nas mortes neste primeiro trimestre.

"Essas pesquisas são um retrato de como a sociedade enxerga o futuro e têm uma correlação muito grande com o que vai acontecer com o PIB", diz o economista Otto Noga, do Insper. "Se o consumidor não tem confiança para comprar, o empresário perde a confiança para produzir".

Nesta terça (23), o Ibre informou que o índice de confiança do consumidor caiu 9,8 pontos em março, para 68,2 pontos, o pior nível desde maio de 2020, quando a primeira onda da Covid-19 seguiu com força. O recuo foi puxado pela queda de 12,3 pontos no índice de expectativas, em um sinal de que a confiança está sendo abalada pelo pessimismo em relação aos próximos seis meses.

"Os consumidores percebem a piora da situação econômica atual, com sérios riscos ao emprego e à renda, e são também afetados psicologicamente pelo medo de contrair a doença e pela ne-

cessidade de distanciamento social", afirma Viviane Seda Bittencourt, Coordenadora das Sondagens do instituto.

Entre os quesitos que medem o grau de satisfação com a situação atual, a percepção em relação à situação econômica caiu 3,7 pontos em março, atingindo o piso histórico de 70,3 pontos. Já o indicador que mede a satisfação com as finanças pessoais caiu para o menor nível desde abril de 2016 (56,8 pontos).

"A campanha de imunização do Covid-19 no país segue lenta, enquanto o número de hospitalizações e mortes por dia avança rapidamente, levando estados e municípios a adotar medidas de restrição à circulação".

O desânimo se espalha por outros segmentos da sociedade, segundo outros indicadores divulgados nos últimos dias. Dados referentes à indústria e ao comércio confirmam a reversão de expectativas em relação à retomada verificada no segundo semestre de 2020.

Em prévia de sua Sondagem da Indústria, o Ibre prevê queda de quatro pontos no indicador de confiança do setor, que chegaria a 103,9 pontos, o menor patamar desde agosto de 2020. Se confirmado, será a terceira queda seguida nesse indicador.

O recuo é resultado tanto da percepção de piora da situação atual quanto da diminuição das expectativas em relação aos próximos meses. Após um período de produção em alta para repor estoques con-

Confiança em queda



sumidos no início da pandemia, o nível de utilização da capacidade da indústria deve fechar o mês no menor nível desde setembro de 2020.

Entre os empresários do comércio, o sentimento de confiança na economia fecha o primeiro trimestre com a pior retração para o período desde 2015, diante das indefinições sobre a possibilidade de funcionamento das lojas com o retorno de medidas restritivas.

Em março, o indicador caiu 1,5%, no quarto recuo seguido. No trimestre, a queda acumulada é de 5,1%.

O índice (103,6 pontos) ainda se mantém acima dos 100 pontos, o que reflete "relativa satisfação" diz a entidade,

mas com grande dependência do varejo presencial, há grande temor com o aumento das restrições.

"A implementação de medidas restritivas e indefinições sobre o novo auxílio emergencial respondem por essa desconfiança do setor", diz o presidente da CNC, José Roberto Tadros. "Esperamos que haja uma agilidade em relação à vacinação, que é o mais urgente no momento".

O cenário de incertezas aponta para a piora nas expectativas, já que os índices ainda não captaram totalmente os efeitos do fechamento temporário do comércio nas duas maiores cidades do país.

Entre os empresários do co-

mércio de São Paulo, pesquisa feita pela Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) mostra que o índice de confiança caiu abaixo dos 100, o que indica pessimismo, pela primeira vez desde agosto de 2020.

As entrevistas, porém, foram feitas até 18 de março, dia em que o prefeito Bruno Covas anunciou a antecipação de feriados para conter a pandemia na capital paulista, sendo seguido por cidades da Baixada Santista e do interior.

"Com as medidas restritivas e a baixa imunização, parece que estamos ainda em 2020. A curto prazo, o índice tende a se comportar dependente de fatores como esses, oscilando em reação com o humor do consumidor", analisa o economista da CNC Antonio Everton.

No caso da indústria, a escalada das contaminações e dificuldades para obter insumos já provocam paralisações em montadoras, como Volkswagen, Scania, Volvo e Mercedes.

Após uma parada quase total das atividades no início da pandemia, o setor automotivo vinha ajudando na recuperação do indicador de atividade industrial medido pelo IBGE.

Nogami lembra que, por ter uma extensa cadeia de fornecedores, essa indústria tem grande peso na atividade econômica. Sua paralisação, portanto, deve contribuir ainda mais para segurar o desempenho do PIB neste trimestre.

Na segunda do relatório Focus, do Banco Central, trouxe nova redução nas expectati-

vas do PIB de 2021, de 3,23% para 3,22%.

Para o IFI (Instituto Fiscal Independente), ligado ao Senado, a paralisação de 50% das atividades econômicas no país por um período de quatro semanas pode reduzir o crescimento da economia em 1 ponto percentual, caso não sejam adotadas medidas compensatórias como em 2020.

Tombo será menos forte que em 2020, diz BC ao elevar juro

BRASÍLIA Para justificar a alta de 0,75 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), acima das expectativas do mercado, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central afirmou que a possível piora da economia com o agravamento recente da pandemia seria "bem menos profunda" do que no ano passado, quando o vírus chegou ao país.

Além disso, na avaliação da autoridade monetária, que consta na ata da reunião divulgada nesta terça (23), a queda seria seguida de recuperação rápida.

"O comitê avaliou que uma possível reversão econômica devido ao agravamento da pandemia seria bem menos profunda que a observada no ano passado, e provavelmente seria seguida por outra recuperação rápida", traz o texto.

Na quarta-feira (17), o BC surpreendeu o mercado ao elevar a Selic para 2,75% ao an. Antes da reunião, a maior parte dos economistas apostava em 0,5 ponto percentual.

Alguns economistas criticaram a decisão porque o Copom não teria levado em conta o recrudescimento da pandemia e os efeitos disso na economia. A elevação dos juros, apesar de visar o controle da inflação, pode ter efeitos negativos na atividade.

Larissa Garcia



Movimento em La Défense, distrito financeiro nas imediações de Paris, região que ampliou medidas de restrição de circulação para tentar conter avanço do coronavírus. Ludovic Mann/IFP

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2
Título: Adiamento do abono bancará redução de salário e jornada **Impacto:** Neutro

< Continuar de 1

Adiamento do abono bancará redução de salário e jornada

Para retomar a medida provisória que reduz jornada e salário, o governo vai adiar o pagamento do abono salarial para 2022.

GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

A proposta avançou após fontes da equipe econômica chegarem a afirmar que estava em estudo uma alternativa que tiraria as despesas com a medida do teto de gastos, por meio da edição de créditos extraordinários. Mas o plano também não agradou a Bolsonaro e perdeu força.



Crise. Abono é pago a 24,3 milhões de pessoas. Ele seria adiado para 2022 para custear acordos de redução de salário e jornada firmados entre trabalhador e empresa

A mudança no abono foi decidida em reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) convocada às pressas. O colegiado é formado por 18 integrantes, entre representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas. Cada banca- da tem seis representantes, e apres

idência é rotativa. A medida foi aprovada por unanimidade após sugestão do governo. Na parte do governo, constam quatro integrantes vinculados ao Ministério da Economia, um representante do BND ES e outro do Ministério da Agricultura.

Tradicionalmente, o benefício é depositado entre julho e junho do ano seguinte. No novo cronograma, quem receberia no segundo semestre de 2021 terá de aguardar até o início de 2022. A ideia é liberar R\$ 7,4 bilhões como manobra, que seriam destinados ao Benefício Emergencial (BEm), a compensação paga pela União aos trabalhadores afetados pelos acordos de redução de jornada e salários ou suspensão de contrato.

O governo planeja reeditar o BEm entre abril e julho e abranger 4 milhões de trabalhadores. No ano passado, o

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Adiamento do abono bancará redução de salário e jornada

programa, que vigorou com base na medida provisória (MP) 936, envolveu 10 milhões de empregados ao custo de R\$ 33 bilhões, mas valeu até dezembro. Entre abril e julho, os desembolsos chegaram a R\$ 18 bilhões — mais que o previsto na nova versão.

Para justificar a expectativa de gasto menor, técnicos do governo argumentam que o número de adesões deve ser menor este ano pois avaliam que o cenário econômico é mais favorável que o de 2020, apesar da gravidade da segunda onda da pandemia, que tem levado governos locais a adotarem medidas mais rígidas de distanciamento social.

A possibilidade de abrir espaço no Orçamento por meio do adiamento de despesas é vista com cautela. Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que

ai deia é pre-ocupante, casos e jaleva- da a f rente.

— Se essa estratégia for confirmada, representa uma manobra contábil bastante preocupante e não resolve o problema da restrição fiscal em 2021. Vale dizer que existem R\$ 8 bilhões de restos a pagar referentes ao BEm — afirma o especialista.

Antes da reunião do Codefat, técnicos da equipe econômica conversaram com o relator da proposta orçamentária, Márcio Bittar (MDB-AC), para destinara economia como adiamento das despesas com o abono para o programa de manutenção de empregos. O relator fará uma complementação de voto ao parecer apresentado à comissão que discute a matéria. AMP da nova rodada do programa será divulgada após a aprovação do Orçamento, prevista para esta semana.

PENTE-FINO NO BENEFÍCIO

O abono do PIS/Pasep é pago atualmente a 24,3 milhões de trabalhadores, entre servidores e trabalhadores da iniciativa privada. O governo quer fazer um pente-fino para reduzir fraudes, o que deve resultar na diminuição do público. Os pagamentos continuarão sendo feitos por Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Mas a Dataprev passará a realizar um cruzamento entre os bancos de dados, Caged e Rais (Relação Anual de Informações Sociais).

O governo alega que as mudanças atendem a recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU), que apontou irregularidades no pagamento do abono, com base nos dados de 2018. Além disso, aponta problemas na distribuição dos pagamentos em

períodos distintos, sem previsão nos restos a pagar.

O abono é pago a trabalhadores com registro no PIS/Pasep há cinco anos, rendendo um salário de até dois salários mínimos (R\$ 2,2 mil) e quem tenham trabalhado com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano anterior.

Modo Rép...
Salvar
Mais

Gostei
Não gostei

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 1/2
Título: Corte de verba do Censo prejudicará gastos no futuro **Impacto:** Neutro

Continuado de 1

Corte de verba do Censo prejudicará gastos no futuro

Para ex-presidentes do IBGE, decisão é equívoco que custará caro ao país.

FERNANDA TRISOTTO fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Inicialmente previsto para 2020, o Censo já havia sido adiado por causa da pandemia de Covid-19. A redução de 88% dos recursos previstos — de R\$ 2 bilhões para R\$ 240 milhões — inviabilizaria a realização da pesquisa. Os principais efeitos seriam sentidos nos repasses de recursos da União para estados e municípios via fundos de



Modelo misto. Com pandemia, IBGE previa coleta de dados presencial, por entrevista telefônica e por preenchimento de formulário na internet

participação; na elaboração e avaliação da eficácia de políticas públicas, como o auxílio emergencial e o Bolsa Família; em ações de planejamento urbano e em avaliações sobre o mercado de trabalho.

Para Sérgio Besserman, presidente do IBGE entre 1999 e 2003, a eventual economia obtida com a transferência de recursos que seriam usados para o Censo é mau negócio, porque representa uma piora do gasto público no futuro:

—Perde-se muito mais, o valor cortado da pesquisa multiplicado N vezes, em eficácia das políticas públicas. Só em auxílio emergencial e Bolsa Família, o Censo 2021 permitiria chegar com muito mais eficiência aos bolsões de pobreza, aos mais necessitados, e ao mesmo tempo economizaria muitos recursos (do governo).

Veículo: O Globo – **Tipo de Mídia:** Jornal – **Data:** 24/03/21 – **Cidade/UF:** Brasília / DF – **Imagem:** 2/2
Título: Corte de verba do Censo prejudicará gastos no futuro

O economista é um dos signatários de uma carta em que ex-presidentes do órgão de pesquisa defendem a manutenção do Orçamento para a realização do Censo neste ano.

—A gente espera que mais adiante ainda melhor (a situação da pandemia). Se continuar como está, não será possível fazer (o Censo).

Mas, se cortar o dinheiro agora, aí que não vai ter mesmo. Seria prudente deixar o dinheiro no Orçamento e mais para frente decidir o que fazer — comenta Simon Schwartzman, que comandou o IBGE entre 1994 e 1999 e também assina o documento.

RECONSTRUÇÃO PÓS-CRISE

O Censo é ferramenta importante para a melhor alocação de recursos públicos

para os fundos de municípios e estados. O Fundo de

Participação dos Municípios (FPM) costuma ser a principal fonte de receitas das cidades pequenas. Edmar Bacha, que presidiu o IBGE nos anos 1980, vê riscos que extrapolam a distribuição dos recursos para esses fundos:

— O próprio federalismo estaria ameaçado, porque sem o Censo não teria a base para fazer a distribuição de impostos e recursos para os estados e municípios de maneira correta.

Besserman diz que sem a pesquisa fica muito mais difícil detectar movimentos migratórios que possam ter provocado maior crescimento de pequenas cidades, que consequentemente receberão repasses inferiores aos que necessitam.

Os prejuízos da não realização do Censo não afetam só os governos, embora as políticas públicas sejam as mais impactadas. Schwartzman destaca que o levantamento é ainda mais relevante em um momento de reconstrução pós-crise imposta pela pandemia de Covid-19:

— Sem o Censo, cada vez mais as políticas vão ficando mais incertas, e não é só para o governo. Vários setores da sociedade precisam disso, o setor privado também usa demais as informações estatísticas do Censo. São muito estratégicas.

Em artigo publicado no GLOBO, a atual presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, e o diretor de pesquisas, Eduardo Rios Neto, destacaram que o instituto vem se preparando desde o ano passado para realizar o Censo diante das adversidades e trabalha com

três pilares.

O primeiro prevê a flexibilização do cronograma de pesquisa, para garantir segurança sanitária a recenseadores e população. O segundo privilegia um modelo misto de coleta de dados, com recenseamento presencial, entrevista telefônica e autopreenchimento de formulário pela internet. A última aposta é no uso de tecnologias para monitorar e supervisionar a operação.



Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
23/03/21	Blog da Juliska	Blog	Natal	RN	Senac RN firma parcerias com empresas de recrutamento e seleção de pessoal	Positivo	Matéria		B			
23/03/21	Senac RN	Site		RN	São Miguel do Gostoso é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional	Positivo	Matéria		A			
23/03/21	Blog do FM	Blog		RN	São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional	Positivo	Matéria		B			
23/03/21	NoMinuto.com	Site	Natal	RN	São Miguel do Gostoso é o 2º destino da América Latina a obter certificação internacional	Positivo	Matéria		B			
23/03/21	Turismo Por Cristina Lira	Blog	Natal	RN	São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é	Positivo	Matéria		B			

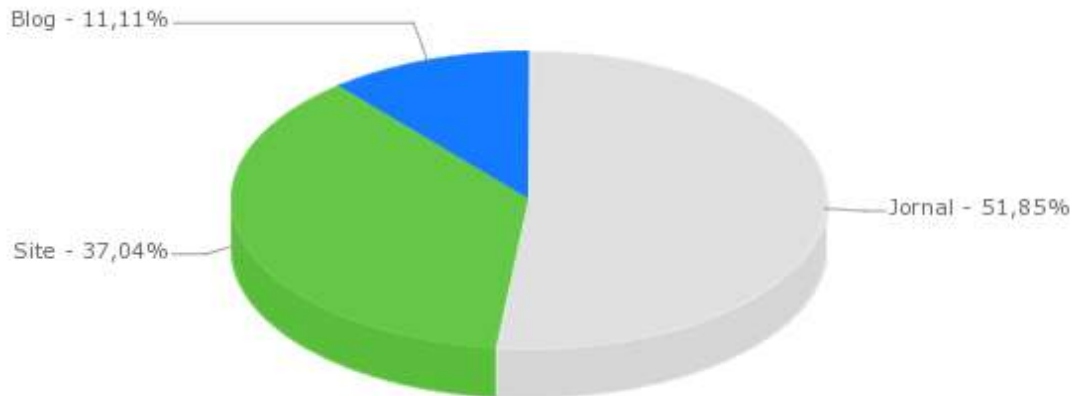
Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional							
23/03/21	TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site			São Miguel do Gostoso, que conta com a metodologia DEL Turismo, é o segundo destino da América Latina a obter certificação internacional	Positivo	Matéria		B			
23/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Circuito literário do SESC realiza sua 5ª edição	Positivo	Matéria		A			
23/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Após novas restrições, RN tem 7º maior índice de isolamento do país; veja	Neutro	Matéria		A			
23/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Micro e pequenas empresas têm quedas de 5,8% na inadimplência em 2020	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Fechado, TAM faz 117 anos; obra se arrasta desde 2015	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Ca t	Pg s.	Centim./Minut.	Valor Editori al
24/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Água mineral ficará 20% mais cara a partir do dia 29	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Potigás adota nova política de pagamento de débitos	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Prefeitura e Estado confirmam ajuda econômica	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Tribuna do Norte	Jornal	Natal	RN	Falta de vacina e auxílio faz confiança do comércio cair	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Estadão	Jornal		DF	País registra 3.158 mortes em 24h; nível de oxigênio em treze Estados preocupa	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Estadão	Jornal		DF	Seguro-desemprego deixa de ser opção para pagar cortes de salário e jornada	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Estadão	Jornal		DF	Empresários procuram Lira e Pacheco	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Estadão	Jornal		DF	'Queridinhos' estão no topo da lista de	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
					investimentos							
24/03/21	Estadão	Jornal		DF	Loft recebe aporte de US\$ 425 milhões e mira ampliação de oferta de imóveis	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Estadão	Jornal		DF	Track & Field faz expansão para cidades menores	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Para equipe econômica, carta soa como aceno a Guedes	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo avalia tirar do teto de gastos programa de emprego	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	Folha de São Paulo	Jornal		RJ	Piora da pandemia derruba	Neutro	Matéria		A			

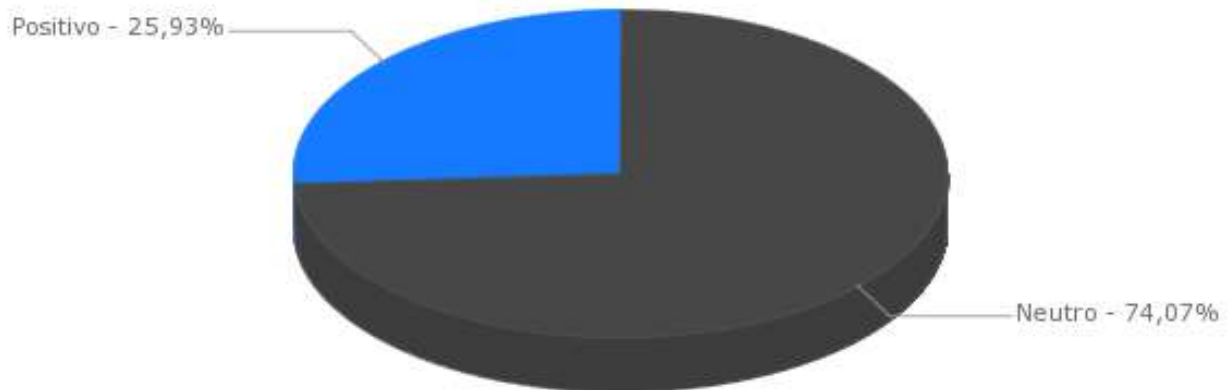
Data	Veículo	Tipo Mi di a	Cidad e	U F	Título	Impact o	Tipo Publica ção	Tipo Clippin g	Ca t	Pg s.	Centim./Min ut.	Valor Editori al
					confiança de consumidor e empresário, diz FGV							
24/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Adiamento do abono bancará redução de salário e jornada	Neutro	Matéria		A			
24/03/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Corte de verba do Censo prejudicará gastos no futuro	Neutro	Matéria		A			
Qtde.: 27												

Clippings por Tipo de Mídia



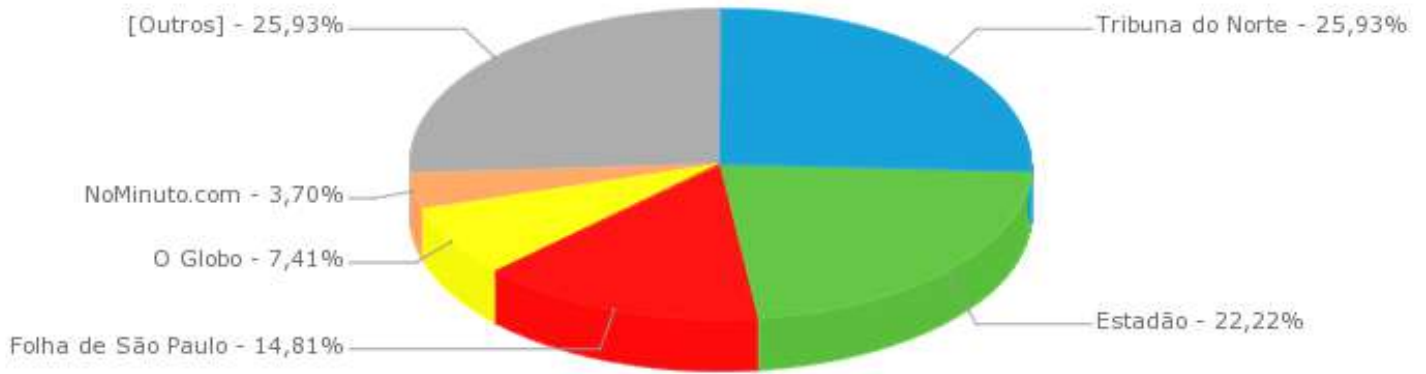
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	14	51,85 %
Site	10	37,04 %
Blog	3	11,11 %
Total:		27

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	20	74,07 %
Positivo	7	25,93 %
		Total: 27

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Tribuna do Norte	Site	7	25,93 %
Estadão	Jornal	6	22,22 %
Folha de São Paulo	Jornal	4	14,81 %
O Globo	Jornal	2	7,41 %
NoMinuto.com	Site	1	3,70 %
Tribuna do Norte	Jornal	1	3,70 %
Turismo Por Cristina Lira	Blog	1	3,70 %
Blog da Juliska	Blog	1	3,70 %
TRIBUNA DE NOTÍCIAS	Site	1	3,70 %
Blog do FM	Blog	1	3,70 %
Senac RN	Site	1	3,70 %
Folha de São Paulo	Jornal	1	3,70 %
Total:			27